

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM  
SERVIÇO SOCIAL

Henrique Manoel Carvalho Silva

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS:  
Uma Demanda para a Formação Profissional em Serviço Social

Mestrado em Serviço Social

São Paulo  
2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM  
SERVIÇO SOCIAL

Henrique Manoel Carvalho Silva

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS:  
Uma Demanda para a Formação Profissional em Serviço Social

Mestrado em Serviço Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Marta Silva Campos.

São Paulo  
2018

Henrique Manoel Carvalho Silva

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS:  
Uma Demanda para a Formação Profissional em Serviço Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Marta Silva Campos.

Data da Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Marta Silva Campos (orientadora) - PUC-SP

---

Prof. Dr. Ademir Alves da Silva - PUC-SP

---

Profa. Dra. Marlene Bueno Zola -  
Centro Universitário Fundação Santo André

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, pelo apoio financeiro.

*Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e companheira!*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Filomena e Severino, que sempre primaram pela minha educação e me ensinaram, pela experiência, a sempre persistir, apesar de todas as adversidades. Obrigado por acreditarem no meu potencial!

Aos meus irmãos, Estevão e Josias, e à Silvia, minha irmã; pessoas que admiro muito, pelo carinho e apoio. Hoje, mais do que nunca, sinto nossa união.

Aos sobrinhos, Manuella e Christian: “coisas lindas de tio!”.

À Luciana Dantas, meu bem! Sou grato pelo companheirismo, cumplicidade, partilhas, carinho e momentos juntos, especialmente, pela motivação e apoio no desenvolvimento deste trabalho. Também por me fazer repensar atitudes e ideias, e colaborar nesse meu processo de aprendizagem.

À professora Dra. Marta Silva Campos, minha orientadora, cujo apoio tem me permitido realizar este ideal de profissão e vida, dedico minha admiração e respeito. Suas orientações, apontamentos e contribuições foram fundamentais para o processo de construção desta pesquisa.

Ao professor Dr. Ademir Alves da Silva, coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PPGSS/PUC-SP), agradeço pela disposição e pelo apoio para o desenvolvimento desta Dissertação e, em especial, pelos apontamentos e pelas contribuições realizados no processo de qualificação desta pesquisa.

A todo o corpo docente do PPGSS/PUC-SP, pelas trocas de saberes e conhecimentos, o meu muito obrigado!

À Andréia Canhetti, secretária do PPGSS/PUC-SP, pela paciência, esclarecimentos e suporte de sempre. Sou grato!

À professora Dra. Marlene Bueno Zola, pelo aceite do convite para compor minha banca e, principalmente, pelos apontamentos e valiosas contribuições para a qualificação desta pesquisa.

Especial às componentes do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Família (NEP-FAM), do PPGSS/PUC-SP. Em destaque, àquelas que participaram do processo de elaboração e construção da pesquisa realizada nesse Núcleo no ano de 2016, e que, posteriormente despertou interesse na continuidade, dando base e resultando em aprofundamentos e construção desta Dissertação: Alberta Goes, Edna Rocha, Fabiana Moraes, Gisele Martins, Lourdes Passaura, Aurea Davet e Cleci Albiero. Obrigado!

Às/aos colegas e amigas/os conquistadas/os durante o processo de realização do Mestrado, em especial a Elaine Souza, Dária Siqueira, Daniel Bruno, Claudia Góis, Léa Gomes, Luciana Campos, Aline Fogaça, André Misaka, pela troca de conhecimentos e apoios, foram muitas as angústias compartilhadas.

Às companheiras e aos companheiros dos espaços de trabalho.

À equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do município de Jandira. Em tão pouco tempo aprendi muita coisa. Obrigado!

De modo especial, às/aos estimadas/os docentes da Universidade Santo Amaro (Unisa/SP). São muitos os dilemas e desafios vivenciados no cotidiano profissional. No entanto, também são muitas as estratégias e possibilidades construídas coletivamente. Estamos juntos na luta!

Às minhas queridas alunas e aos queridos alunos! Aprendo muito com vocês. Muito obrigado! A cada dia, a cada aula, a cada troca de conhecimentos, sinto-me motivado e inspirado a continuar na docência e buscar novos conhecimentos.

Às minhas amigas, desde a época da Graduação, Valéria Cristófori e Margareth Samara, por fazerem parte da minha história e pelo incentivo durante a trajetória acadêmica, e para a construção desta. Meu muito obrigado.

Às amigas e aos amigos, de perto e de longe, os novos e os de longa data, pelo carinho, pela força e pelo companheirismo. Sem distinções, arrisco-me a citar alguns nomes: Alex, Hélio, Daniela, Tony, Eric, Erica, Denilton, Ariane, Bruna e Naiara. Esses, sempre presentes!

Mais do que nunca é preciso ter coragem,  
é preciso ter esperanças para enfrentar o presente.  
É preciso resistir e sonhar.  
É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia  
no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

*(Marilda V. Yamamoto)*

## RESUMO

SILVA, Henrique Manoel Carvalho. **Trabalho social com famílias**: uma demanda para a formação profissional em serviço social. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

Neste trabalho discute-se a formação profissional da/o assistente social relacionando-a com a sua prática destinada às famílias atendidas no cotidiano em seus espaços de trabalho. Possui como foco os estudos e as análises de uma disciplina específica, que trata da temática Famílias. Toma como base o levantamento das ementas e grades curriculares de cursos de Serviço Social na modalidade presencial e em atividade e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), das cinco Regiões do Brasil. Esta reflexão chama a atenção, ainda, para a necessidade de uma participação mais ampla e decisiva dos profissionais na prática, tendo como base teórica os conhecimentos adquiridos no processo de formação profissional.

**Palavras-chave:** Famílias; Serviço Social; Formação Acadêmica.

## ABSTRACT

SILVA, Henrique Manoel Carvalho. **Trabalho social com famílias**: uma demanda para a formação profissional em serviço social. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

This work discusses the professional training process of the Social Worker and relate it to its practice in everyday life with the families attended in their workspaces. It focuses on the studies and analyses of a specific subject, related to the “families” thematic. Taking as an observation post survey conducted on the menus and curricular grids of Social service courses in the face-to-face mode, recognized by the Ministry of Education (MEC) and in activity, of the 5 (five) regions of Brazil. This reflection also emphasize the need for a more enlarged and decisive participation of the professionals when in practice, with the theoretical basis of the knowledge acquired in the professional training process.

**Keywords:** Families; Social Worker; Academic Education.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>FIGURA 1</b> - Mapa do Brasil (atual). .....                                               | 19 |
| <b>FIGURA 2</b> - Primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil. ....                    | 29 |
| <b>FIGURA 3</b> - Página de acesso ao portal virtual do E-MEC. ....                           | 67 |
| <b>FIGURA 4</b> - Fluxo realizado para acessar os <i>sites</i> das IES. ....                  | 68 |
| <b>FIGURA 5</b> - Convite para divulgação do evento organizado pelo NEP-FAM em 2016.<br>..... | 73 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>QUADRO 1</b> - Instituições de Educação Superior.....                                                               | 77 |
| <b>QUADRO 2</b> - Instituições de Educação Superior públicas.....                                                      | 78 |
| <b>QUADRO 3</b> - Instituições de Educação Superior privadas. ....                                                     | 78 |
| <b>QUADRO 4</b> - Instituições de Educação Superior públicas e privadas por estado.....                                | 79 |
| <b>QUADRO 5</b> - Instituições de Educação Superior consultadas.....                                                   | 80 |
| <b>QUADRO 6</b> - Instituições de Educação Superior com o PPC no <i>site</i> . ....                                    | 81 |
| <b>QUADRO 7</b> - Instituições de Educação Superior que oferecem disciplinas sobre famílias.....                       | 82 |
| <b>QUADRO 8</b> - Instituições de Educação Superior que oferecem, ou não, disciplinas sobre famílias, por estado. .... | 83 |
| <b>QUADRO 9</b> - Nome das disciplinas oferecidas nas Instituições de Educação Superior.....                           | 84 |
| <b>QUADRO 10</b> - Descrição das referências bibliográficas. ....                                                      | 87 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |   |                                                                 |
|---------|---|-----------------------------------------------------------------|
| ABAS    | – | Associação Brasileira de Assistentes Sociais                    |
| AC      | – | Acre                                                            |
| ABEPSS  | – | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social    |
| ABESS   | – | Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social               |
| AL      | – | Alagoas                                                         |
| AM      | – | Amazonas                                                        |
| AP      | – | Amapá                                                           |
| BA      | – | Bahia                                                           |
| CAPES   | – | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior     |
| CBAS    | – | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais                     |
| CBCISS  | – | Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social |
| CE      | – | Ceará                                                           |
| CEAS    | – | Centro de Estudo e Ação Social                                  |
| CECOM   | – | Conselho de Cultura e Relações Comunitárias                     |
| CFAS    | – | Conselho Federal de Assistentes Sociais                         |
| CFE-MEC | – | Conselho Federal de Educação / Ministério da Educação           |
| CFESS   | – | Conselho Federal de Serviço Social                              |
| CRAS    | – | Conselho Regional de Assistentes Sociais                        |
| CRESS   | – | Conselho Regional de Serviço Social                             |
| CONSUN  | – | Conselho Universitário                                          |
| CNPq    | – | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico   |
| CREAS   | – | Centro de Referência Especializado de Assistência Social        |
| DF      | – | Distrito Federal                                                |

|         |   |                                                          |
|---------|---|----------------------------------------------------------|
| EaD     | – | Ensino a Distância                                       |
| e-MEC   | – | Portal Virtual do Ministério da Educação                 |
| ENESSO  | – | Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social       |
| ENPESS  | – | Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social     |
| ES      | – | Espírito Santo                                           |
| GO      | – | Goiás                                                    |
| IES     | – | Instituições de Educação Superior                        |
| IBGE    | – | Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MA      | – | Maranhão                                                 |
| MEC     | – | Ministério da Educação                                   |
| MT      | – | Mato Grosso                                              |
| MS      | – | Mato Grosso do Sul                                       |
| MG      | – | Minas Gerais                                             |
| NEP-FAM | – | Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Família               |
| PA      | – | Pará                                                     |
| PB      | – | Paraíba                                                  |
| PE      | – | Pernambuco                                               |
| PI      | – | Piauí                                                    |
| PPC     | – | Projeto Pedagógico de Curso                              |
| PPGSS   | – | Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social      |
| PR      | – | Paraná                                                   |
| PUC/SP  | – | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo            |
| RJ      | – | Rio de Janeiro                                           |
| RN      | – | Rio Grande do Norte                                      |
| RS      | – | Rio Grande do Sul                                        |
| RO      | – | Rondônia                                                 |

|       |   |                                             |
|-------|---|---------------------------------------------|
| RR    | – | Roraima                                     |
| SC    | – | Santa Catarina                              |
| SENAI | – | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SP    | – | São Paulo                                   |
| SE    | – | Sergipe                                     |
| TO    | – | Tocantins                                   |
| UEL   | – | Universidade Estadual de Londrina           |
| UNISA | – | Universidade Santo Amaro                    |

## SUMÁRIO

|                                                                                             |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                     | <b>16</b> |
| <b>1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO .....</b>  | <b>24</b> |
| 1.1 Breve Mergulho na História do Serviço Social Brasileiro.....                            | 25        |
| 1.2 Profissionalização e Processo de Trabalho do Serviço Social .....                       | 36        |
| <b>2 PROCESSO DE FORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL E AS FAMÍLIAS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b> | <b>47</b> |
| 2.1 Conceitos, Definições e Tipos de Famílias na Contemporaneidade .....                    | 47        |
| 2.2 Formação Profissional em Serviço Social: Diretrizes Curriculares da ABEPSS.....         | 51        |
| <b>3 O CAMINHO PERCORRIDO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>                            | <b>56</b> |
| 3.1 A Pesquisa: Natureza, Instrumentos e Métodos para a Coleta de Dados .....               | 56        |
| 3.2 Análise de Dados.....                                                                   | 70        |
| 3.2.1 Desafios para os estudos da formação profissional em Serviço Social                   | 70        |
| 3.2.2 Cursos de Serviço Social no Brasil .....                                              | 76        |
| 3.2.3 Nome das disciplinas, conteúdos e carga horária .....                                 | 77        |
| 3.2.4 Principais referências utilizadas no processo de formação .....                       | 86        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                           | <b>89</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                     | <b>93</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                         | <b>97</b> |

## INTRODUÇÃO

Todo o começo é difícil  
isto vale em qualquer ciência.

*(Karl Marx)*

Esta Dissertação, intitulada: **Trabalho Social com Famílias: Uma Demanda para a Formação Profissional em Serviço Social**, tem como objetivo discutir o processo de formação profissional da/o assistente social no curso de Serviço Social, especialmente das disciplinas específicas que abordam a temática Famílias, tendo como conteúdo o conhecimento adquirido nesse processo de formação, que contribui para o desenvolvimento da prática cotidiana da/o profissional assistente social.

Além de refletir sobre algumas questões, com base nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)<sup>1</sup>, entidade que coordena e articula o projeto de formação em Serviço Social, tanto para a graduação, como os cursos de pós-graduação.

Ressalta-se que esta Dissertação inclui aspectos observados, de início, numa pesquisa realizada no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Família (NEP-FAM)<sup>2</sup>, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PPGSS) da PUC-SP.

---

<sup>1</sup> Com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.

<sup>2</sup> O Núcleo desenvolve estudos e pesquisa sobre a família em uma perspectiva sócio-histórica, como fundamento para análise das suas transformações contemporâneas. Realiza derivações para a reflexão teórico-metodológica da intervenção profissional do assistente social, com ênfase no campo das políticas e programas sociais (Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/servico-social>>).

Esta pesquisa foi construída de forma coletiva e participativa entre as integrantes do NEP-FAM<sup>3</sup>, em conjunto com sua coordenadora, a professora Dra. Marta Silva Campos<sup>4</sup>, e resultou no levantamento de informações e dados, após serem realizadas “visitas” ao *site* do Ministério da Educação (MEC)<sup>5</sup>.

No início de 2016, a referida pesquisa apontou o número de cursos de Serviço Social oferecidos pelas Instituições de Educação Superior (IES), que somava o total de 536, entre IES públicas e privadas, com cursos presenciais ou na modalidade de Ensino a Distância (EaD), reconhecidos pelo MEC, e em atividade.

Ressalta-se que, para a elaboração desta Dissertação, diferentemente da pesquisa inicial realizada pelos integrantes do NEP-FAM, tomou-se como base apenas os dados e as informações coletadas para os cursos de Serviço Social oferecidos na modalidade de ensino presencial, entre IES públicas ou privadas, reconhecidos pelo MEC e em atividade.

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa teve início no primeiro semestre do ano de 2016. Informações, dados e detalhamento relacionados serão expostos e debatidos no terceiro capítulo desta Dissertação, em que se apresentam o caminho metodológico percorrido e seus achados. Nesse período, participaram componentes do NEP-FAM, do PPGSS da PUC-SP, tendo sido incluídas, nessa pesquisa, à época: sete doutorandas em Serviço Social:

- Alberta Goes (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0588260945310142>);
- Edna Rocha (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4557093168122005>);
- Fabiana Moraes (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1010989874321302>);
- Gisele Martins (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0171608758272761>);
- Lourdes Passaura (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5955557373940328>);
- Aurea Davet (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3530015685932420>) e
- Cleci Albiero (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5238475538319645>).

Também a Profa. Marlene Zola, psicóloga e doutora em Serviço Social (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3530015685932420>).

<sup>4</sup> Graduação em Serviço Social e Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Sociais, com Área de Concentração em Antropologia pela PUC-SP. Pós-Doc no European University Institute, de Firenze, Itália, com estudo da institucionalidade dos sistemas de proteção social em perspectiva comparada. É professora associada da PUC-SP, em tempo integral, dando cursos em Política Social, nos níveis de Mestrado e Doutorado, e coordenando, na Pós-Graduação, o NEP-FAM. É líder do grupo também denominado Núcleo de Estudos e Pesquisas da Família, certificado pela PUC-SP no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>5</sup> Site: <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)> → <[www.emec.mec.gov.br](http://www.emec.mec.gov.br)>.

Atualmente<sup>6</sup> existem **508 IES, entre** públicas<sup>7</sup> e privadas<sup>8</sup>, no total, que oferecem o curso de Serviço Social na modalidade de ensino presencial. São cursos em atividade e reconhecidos pelo MEC.

Do levantamento geral, foram analisadas e especificadas, em cinco regiões do Brasil<sup>9</sup>, IES públicas ou privadas com curso de Serviço Social na modalidade presencial, reconhecidas e em atividade.

São elas:

- Região Sul, com 62 IES;
- Região Sudeste, com 219 IES;
- Região Centro-Oeste, com 34 IES;
- Região Norte, com 42 IES;
- Região Nordeste, com 151 IES.

Das 508 instituições, 138 estão localizadas nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, ou seja, 27,8% do total dessas IES e 370 (72,2 %) compõem o conjunto das situadas nas Regiões Sudeste e Nordeste.

A Figura 1 ilustra a localização e as divisas entre as regiões e os Estados brasileiros, apresentando o Mapa (da divisão atual) do Brasil.

---

<sup>6</sup> Período de junho a novembro de 2017.

<sup>7</sup> Nos âmbitos municipal, estadual e federal.

<sup>8</sup> Consideradas as com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.

<sup>9</sup> O Brasil segue, atualmente, a divisão regional estabelecida em 1970, que divide o País em cinco regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. São 26 Estados que compõem as Unidades Federativas, com o Distrito Federal. Detalhe-se que a Região Centro-Oeste é composta pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. O Nordeste brasileiro é formado pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A Região Norte é composta pelos Estados de Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins. Na Região Sudeste estão os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Já a Região Sul é formada pelos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

FIGURA 1 - Mapa do Brasil (atual)



Fonte: [www.brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras](http://www.brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras).

Esta pesquisa apresenta tal temática não se limitando apenas ao espaço acadêmico, mas também problematiza o fato das/os profissionais, já no seu espaço cotidiano, como assistentes sociais, colocarem na prática o conteúdo e conhecimento adquiridos durante o processo de formação acadêmica, em especial das disciplinas que abordem, em sua ementa, temas relacionados à questão das Famílias.

E também quando não possuem tal disciplina no seu processo de formação, gerando uma defasagem em suas atuações e no contato direto com as/os usuárias/os.

Desta observação, emergem ponderações sobre alguns dilemas centrados em dificuldades teóricas e práticas que, geralmente, surgem em torno dos desafios derivados das interpretações teóricas da realidade, protagonizados, na maioria das vezes, pelas/os profissionais que vivenciam a realidade da prática profissional no cotidiano, resultando em práticas hoje designadas como conservadoras.

Esta Dissertação tem como objeto discutir o processo de formação profissional da/o assistente social, visando relacioná-lo com o seu trabalho no cotidiano direcionado às famílias atendidas.

Para tal, possui como foco os estudos e as análises de uma disciplina específica, relacionada com a temática Famílias, que compõe (ou não) as grades curriculares dos cursos de Serviço Social em atividade, na modalidade presencial nas IES reconhecidas e identificadas no *site* do MEC.

O objetivo geral desta pesquisa foi contextualizar e analisar o processo formativo das/os assistentes sociais no período da graduação, para identificar se há disciplinas específicas que tratem da temática Famílias nos cursos de Serviço Social em atividade nas IES do Brasil, na modalidade presencial.

Os objetivos específicos destinaram-se a definir aspectos que contribuíram para alcançar as metas traçadas e foram os seguintes: identificar as disciplinas relacionadas à temática Famílias, nas grades curriculares dos cursos de Serviço Social nas IES do Brasil, bem como compreender a importância dos estudos de Famílias nos espaços de formação, em especial da graduação, das/os assistentes sociais e também a relação com o Serviço Social na centralidade das Famílias na prática profissional.

Quanto à questão norteadora para esta pesquisa, levantou-se a seguinte interrogação: Há disciplinas específicas, que tratem da temática Famílias, oferecidas nos cursos de Serviço Social em atividade, nas IES do Brasil, na modalidade presencial?

Na direção da questão norteadora, a hipótese desta pesquisa consiste em identificar se há disciplinas, que tratem da temática Famílias, oferecidas nos cursos de Serviço Social em atividade nas IES, no território brasileiro, na modalidade presencial. No entanto, essas não estão disponíveis em todas as grades curriculares e quando estão, em sua maioria, não são disciplinas específicas. Esse aspecto impacta no trabalho direto das/os assistentes sociais que têm contato direto com as Famílias, dados os desafios e as complexidades com que se deparam no cotidiano profissional.

Nessa perspectiva, na presente Dissertação, no **primeiro capítulo**, realiza-se breve resgate histórico do Serviço Social no cenário brasileiro, a partir de um

estudo da literatura sobre a trajetória da profissão no Brasil, o desenvolvimento da profissionalização e o seu processo de trabalho.

Com base em autoras/es importantes nessa trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, cita-se Marilda Villela Iamamoto, Maria Lúcia Martinelli, Maria Lúcia Silva Barroco, Maria Carmelita Yazbek, José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros, entre outras/os.

Ressalta-se ter sido importante realizar tal levantamento histórico e feito a contextualização, mesmo que de forma breve, para facilitar a compreensão do Serviço Social contemporâneo e com isso obter uma aproximação do cotidiano dessas/es profissionais, e, em especial, ir ao encontro da temática discutida nesta Dissertação.

Em seguida, no **segundo capítulo**, a discussão versa sobre a categoria Famílias e, logo na primeira parte, levantou-se uma discussão além dos seus conceitos, tendo como fundamentação teórica autoras/es que são referências na temática em questão, e utilizadas/os no processo de formação acadêmica do Serviço Social contemporâneo: Marta Silva Campos, Regina Célia Tamasso Miotto, Heloisa Szymanski, Sílvio M. Kaloustian, Cyntia Andersen Sarti, Cássia Maria Carloto, Philippe Ariés, Marlene Bueno Zola, Solange Maria Teixeira, entre outras/os.

Também nesse mesmo capítulo, breve discussão apresenta as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e aborda-se o processo de formação da/o assistente social, durante o período da graduação em Serviço Social.

E, por fim, no **terceiro capítulo**, apresentam-se a pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados com concomitante análise dos resultados, estabelecendo uma conexão com o referencial teórico.

No que se refere à metodologia de pesquisa adotada para o desenvolvimento desta Dissertação, propôs-se sua construção a partir da análise qualitativa, por trabalhar com significados, motivos, aspirações, atitudes e valores, conforme aponta Minayo (2001).

Para tanto, importante caminho trilhado para a elaboração desta Dissertação, conforme sugere Martinelli (2005), se dá em realizar a pesquisa qualitativa, também em articulação com a pesquisa quantitativa, contemplando de

modo pacientemente impaciente o que se pretende estudar; exercitando a observação crítica e atenta, buscando o desvendamento da realidade em análise, objetivando uma intervenção qualificada.

A partir de dados estatísticos e quantitativos e da leitura dos números adquiridos, buscou-se promover interpretações mais próximas de alcançar os objetivos aqui propostos.

Trata-se de pesquisa qualitativa e quantitativa, em que se adotam, como procedimentos técnicos, pesquisas documental, bibliográfica e o levantamento de informações por meio de análise e consulta aos *sites* das IES.

Por meio da classificação das fontes, foi possível realizar um julgamento qualitativo, complementado pelo estudo de dados e pela estatística comparada (FONSECA, 1986).

Evidencia-se, no levantamento de dados quantitativos e informações das IES, nos *sites* do MEC e, especificamente, das IES que oferecem o curso de Serviço Social, que, das 508 Instituições, apenas 33 não dispuseram da informação do endereço do *site* no Portal do MEC e, ainda, mais 11 IES estavam com seus *sites* inoperantes, totalizando 44 IES que não puderam ser consultadas.

Desse modo, para este estudo, teve-se acesso a um total de 464 IES, por meio de seus *sites*.

Também foram analisados e relacionados os títulos e as nomenclaturas das disciplinas oferecidas nas grades curriculares dos cursos oferecidos nas IES identificadas na plataforma de dados do MEC.

E, ainda, os conteúdos das ementas estudadas - ressalta-se aqui que poucas são as IES que disponibilizam tal informação em seus *sites*.

Ainda nesse levantamento nos *sites* específicos das IES, foram identificadas, analisadas e relacionadas as Referências Bibliográficas a serem utilizadas nas disciplinas oferecidas com a temática Famílias.

Ressalta-se que foram disponibilizadas apenas 47 ementas com a descrição das Referências Bibliográficas a serem utilizadas durante o processo de formação acadêmica.

No que tange ainda à metodologia, o caminho percorrido foi sustentado por revisão bibliográfica da produção científica sobre a temática abordada nesta Dissertação, sendo utilizados artigos, revistas, periódicos, dissertações, teses e livros. Com isso, esta pesquisa caracteriza-se como de natureza bibliográfica e documental.

E na busca de uma conclusão para esta pesquisa, foi engendrada uma discussão que versa sobre a efetivação da prática profissional do Serviço Social dialogando com a teoria adquirida no processo de formação acadêmica, no que diz respeito à temática Famílias.

As Considerações Finais foram tecidas a partir das análises realizadas, concluindo-se que este estudo tem grande relevância, uma vez que subsidiará as/os profissionais do Serviço Social em seus espaços de trabalho e no cotidiano profissional nos desafios apresentados no trabalho direto com a população, indicando a necessidade e a importância do oferecimento de disciplinas com a temática Famílias durante o processo de formação acadêmica.

## 1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

[...] os assistentes sociais e os sujeitos que buscam os seus serviços, mas todos os profissionais nas diferentes formas em que realizam o seu ofício: pesquisadores, docentes, gestores, profissionais de campo, bem como os estudantes de Serviço Social. [...]  
São sujeitos que se instituem como tal e que se fazem presentes no cenário histórico.  
São bravos guerreiros, são “caçadores de si” e de sua história, são sujeitos históricos que não perdem “a estranha mania de ter fé na vida [...]

*(Maria Lúcia Martinelli)*

Mesmo sabendo não ser tarefa fácil abordar e contextualizar a profissão do assistente social, o presente capítulo trata do Serviço Social no cenário brasileiro realizando breve visita à literatura sobre a trajetória histórica da profissão no Brasil, no desenvolvimento da profissionalização e o processo de trabalho.

O fundamento das profissões é a realidade social. Assim, parte do pressuposto de que a profissão só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade. Sociedade que é produto das relações sociais, de ações recíprocas entre homens, no complexo processo de reprodução social da vida. É dessa forma que entendemos o surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, seu assalariamento e a ocupação de um espaço na divisão social e técnica do trabalho, bem como a estruturação de um mercado de trabalho particular, resultante de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldaram sua necessidade social e definiram os seus usuários (YAZBEK, 2008, p.17).

## 1.1 Breve Mergulho na História do Serviço Social Brasileiro

No Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, na medida em que as diversas expressões da Questão Social<sup>10</sup> passam a ficar mais significativas e, especialmente, tal implantação se dá com fortes influências da Igreja Católica, em que instituições encampam um movimento chamado de reação católica, e também as influências da burguesia e do Estado.

Pereira (2003) explica que esse surgimento, no Brasil, está relacionado com as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, num momento de tensões entre as classes sociais, decorrentes da exploração capitalista, das precárias condições de trabalho e das reivindicações de medidas sociais ao Estado.

Nesse contexto, Iamamoto e Carvalho (2007, p. 140) apontam para a mobilização da Igreja Católica e sua influência no desenvolvimento do Serviço Social.

Após os grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra, tendo por protagonista o proletariado, a “questão social” fica definitivamente colocada para a sociedade. Datam dessa época o que se poderia considerar como sendo as *protoformas* do Serviço Social no Brasil. No entanto, para o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão social do trabalho, se deverá percorrer um itinerário de mais de duas décadas. Esse processo, que durante a década de 1920 se desenvolve apenas moderadamente, se acelerará no início da década seguinte, com a mobilização, pela Igreja, do movimento católico leigo. Surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social.

Ainda sobre a influência da Igreja no surgimento do Serviço Social no Brasil, Castro (2007, p. 51) retrata a inspiração ideológica recebida nos meios acadêmicos e cita duas encíclicas papais, que praticamente se tornam marcos dessa nova profissão.

---

<sup>10</sup> Questão Social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 16. ed., São Paulo: Cortez, 2009, p. 27).

No período em que o Serviço Social transita para a sua profissionalização, quando penetra nos centros de ensino superior e se vincula a certas instâncias do Estado – ou ingressa diretamente na Universidade –, duas encíclicas papais tiveram um papel sumamente importante para enformar o seu desenvolvimento (mesmo que se leve em conta que, junto delas, a ação da Igreja e a sua permanente inspiração ideológica responderam pelo perfil e pelo substrato doutrinário da formação dos primeiros centros de formação superior). Referimo-nos às encíclicas *Rerum Novarum*, divulgada por Leão XIII a 15 de maio de 1891, e *Quadragesimo Anno*, divulgada por Pio XI a 15 de maio de 1931 [...].

O Serviço Social surgiu da iniciativa de alguns grupos e frações de classes que recrutaram a formação de agentes sociais com ideologia laica, com bases na ação social da Igreja Católica, como uma tentativa de recuperar áreas de influência e privilégios.

Iamamoto e Carvalho (2007, p. 47) expõem: “Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada”.

Complementando:

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações da classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. [...] o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.127).

A Igreja Católica, a partir do século XIX, começa a intervir no social com mais clareza e definição. A sociedade deveria ser reconstruída a partir de mudanças dos costumes e da moral e, para isso, seria preciso recristianizá-la. Conforme Iamamoto e Carvalho (2007, p. 214):

O serviço social começa a surgir como um departamento especializado da Ação Social e da Ação Católica, num momento

extremamente importante para a definição do papel da igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira. Estará assim, profundamente relacionado a esse processo e à ação política e social da igreja.

No ano de 1932, é criado em São Paulo o Centro de Estudo e Ação Social (CEAS) com forte incentivo e controle da Igreja Católica. O objetivo é tornar mais efetivas e fazer render as ações filantrópicas promovidas pelas classes dominantes.

Com uma formação influenciada pela doutrina social da Igreja Católica, uma das principais ações realizadas pelo CEAS é a criação de um curso intensivo de formação social para moças.

O CEAS passa a se preocupar com uma formação mais técnica e especializada, promovendo, então, cursos de legislação, doutrinal social, moral e filosofia.

Ainda em 1932, é implantado o Curso de Formação Social para moças, promovido pelas cónegas de Santo Agostinho. Com a participação da belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, objetivava dar essa iniciação na formação social em São Paulo.

Descreve-se, nesse breve mergulho na história, o Serviço Social, que carrega a respectiva especificidade enquanto área de estudo e profissão: Não advindo, em seus primórdios, de corpo teórico-científico, mas do berço ideológico católico, como já dito.

O trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida (FALEIROS, 2001, p. 88).

Em 1936, com o apoio da igreja e a partir dos esforços da Juventude Feminina Católica e desenvolvido pelo CEAS, em consequência da expansão das práticas de assistência social nesse período histórico, de natureza assistencialista, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo<sup>11</sup>, a primeira do Brasil, sob a

---

<sup>11</sup> Atualmente, a PUC-SP, fundada em 1946 e regulamentada pelo Decreto-Lei 9.632/1946, incorpora a Escola de Serviço Social de São Paulo.

iniciativa de Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl, formadas pela Escola de Serviço Social de Bruxelas.

As alunas do curso eram mulheres jovens, formadas em escolas religiosas, oriundas das classes dominantes e setores abastados. Como filhas de famílias ricas, precisavam ter uma série de “qualidades” para o exercício da atividade. Assim, explicam Iamamoto e Carvalho (2007, p. 221-222), objetivavam obter:

Íntegra formação moral, capacidade de devotamento e amor ao próximo, ser sensível a situação penosa dos seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela miséria. Era preciso ter senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, bom humor, calma, simpatia, saber influenciar e convencer. Além disso, era preciso ter mais de 18 anos e menos de 40, ter concluído o ensino secundário, ter boa saúde (não poderia ser portadora de nenhuma deficiência) e apresentar três pessoas idôneas como referência [...] caso a aluna tivesse relacionamento com personalidades de destaque (gente famosa e influente) isso também contaria para inserção no curso.

Fica evidente, devido à forte influência da igreja e dos atributos exigidos, conforme descritos, a importância dos ideais cristãos na formação dessas primeiras assistentes sociais e a forte postura humanista, com base na doutrina social da Igreja e também no neotomismo<sup>12</sup>.

É certo que os princípios de dignidade da pessoa humana, discutidos por Tomás de Aquino<sup>13</sup>, sobrelevaram no Serviço Social até a década de 1960.

---

<sup>12</sup> Neotomismo é uma corrente filosófica que surge no século XIX com o propósito de reviver o tomismo, a filosofia de Tomás de Aquino, do século XIII.

<sup>13</sup> Tomás de Aquino (Itália, 1225 - Itália, 1274) foi um importante teólogo, filósofo e padre dominicano do século XIII. Foi declarado santo pelo papa João XXII em 18 de julho de 1323. É considerado um dos principais representantes da escolástica (linha filosófica medieval de base cristã).

**FIGURA 2 - Primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil<sup>14</sup>**



Fonte: IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 21. ed., São Paulo: Cortez, [Lima, Peru]: Celats, 2007.

Conforme apontado, em 1946, foi fundada a PUC-SP, regulamentada pelo Decreto-Lei 9.632/1946, a qual incorpora a Escola de Serviço Social de São Paulo. Firma-se, assim, o curso de Serviço Social, na PUC-SP, reconhecido hoje como um dos principais no Brasil.

Ressalta-se que, no ano de 1947, é aprovado, em assembleia geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (Abas), o primeiro Código de Ética do Serviço Social. Nesse mesmo ano, realiza-se, em São Paulo, o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS), promovido pelo CEAS.

---

<sup>14</sup> Primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil, pela Escola de Serviço Social de São Paulo, atualmente Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. Foto clássica da capa do Livro: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-Metodológica*, da autoria de Marilda V. Iamamoto e Raul de Carvalho, 1.ª ed., 1982. A fotografia foi gentilmente cedida pela profa. Helena I. Junqueira. Na foto: (embaixo) Heloisa Tapajós de Moraes, Yolanda Maciel e Lucy Pestana Silva; (da esq. para a dir.) Guiomar Urbina Telles, Hauitil Prado, Maria José de Silveira, Dina Bartolomeu, Nair de Oliveira Coelho, Nadir Gouvea Kfourir, Helena Iracy Junqueira, Fátima Vasta de Souza, Maria Ignez de Barros Penteado e Maria Amélia de Andrade Reis.

No Brasil, as/os assistentes sociais começam a compreender seu papel dentro do problema de chamar a atenção, despertando a consciência pública, dirigindo-se às pessoas envolvidas e estimulando sua participação, oferecendo provas da natureza de suas necessidades e lutando por medidas assistenciais.

Conforme coloca Iamamoto e Carvalho (2007, p. 125):

A ação do Serviço Social foi ganhando corpo e direção para se manifestar à sociedade, a agir no fortalecimento do sentido crítico da população no sentido de confrontar a situação de pobreza dos proletariados escravizados pelos ricos patrões, realizando um trabalho voltado para defender os direitos dos trabalhadores e de suas famílias.

Segundo as autoras, as leis sociais são a última instância resultante da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, induzindo como uma resposta por movimentos sociais organizados.

O Serviço Social origina-se de uma demanda diametralmente oposta. Iamamoto e Carvalho (2007, p. 124) apontam que:

O Serviço Social na sua origem, atuava de forma filantrópica onde não tinha política frente à Questão Social, tendo como bojo à Questão Social em sua implementação, em que a escravidão vai marcando profundamente seu passado recente. Com as condições de trabalho e existência de injustiça social foi tornando-se necessário o surgimento de uma organização dos proletariados em sua defesa. Defesa essa que centrará a luta contra o trabalho excessivo e mutilador, de seu único patrimônio, a força de trabalho, cuja sua venda diária era a sua sobrevivência e reprodução.

Após esses acontecimentos, a Questão Social é colocada definitivamente, na sociedade, como o início do Serviço Social no Brasil.

Para dar resposta à Questão Social que se apresentava na sociedade urbano-industrial pelas lutas sociais dos trabalhadores contrários à exploração do trabalho, o Serviço Social, para manter a política expansionista do capital, foi solicitado a atender aos anseios da Igreja Católica, do Estado e da sociedade capitalista.

De acordo com Yazbek; Martinelli e Raichelis (2008, p. 8) foi:

Responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. As primeiras iniciativas de organização da profissão são conduzidas por grupos sociais majoritariamente femininos, integrantes do movimento católico leigo e responsáveis pela ação social da Igreja católica junto aos mais vulnerabilizados e empobrecidos da classe trabalhadora.

O caráter ideológico e político do Serviço Social brasileiro esteve aliado à profissão, técnica e prática da caridade, que levava uma característica de obrigação, de ocupação, para a classe trabalhadora.

Como consequência, originou, no bojo da profissão, pensar a Questão Social relacionada às mudanças da moral e dos bons costumes dentro da Igreja Católica com ordem religiosa.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2007, p. 62):

O Serviço Social no Brasil conduz e afirma ter uma incompatibilidade entre capital x trabalho tendo uma tendência predominante no que se refere à inserção da profissão na sociedade, vem sendo historicamente o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição na sua organização.

Compreende-se que as diretrizes do Serviço Social estavam voltadas para a questão do antagonismo entre capital e trabalho.

Dessa forma, percebe-se que o Serviço Social passa a atuar no contexto da crise social no Brasil e a se pronunciar em relação à política social para garantir a igualdade social e a assistência aos menos favorecidos.

Nas décadas de 1940 e 1950, iniciam-se as práticas de organização e desenvolvimento de comunidade, além das peculiares abordagens individuais e grupais, delineadas pelo tecnicismo que bebe na fonte da psicanálise, da sociologia, da base positivista e funcionalista/sistêmica e na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial.

Através dessas abordagens técnicas e baseadas na defesa da neutralidade científica, desenvolveu-se o Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo e o Serviço Social de Comunidade.

Para Yamamoto (2007), a institucionalização do Serviço Social como profissão ultrapassa a fase de "moderno agente de caridade" com a criação das grandes instituições na década de 1940, quando o Estado passa a incorporar e regulamentar juridicamente a Questão Social.

Há intensa industrialização e o aumento na acumulação do capital resulta em uma parcela de trabalhadores empobrecidos que necessitavam de assistência social.

Ficam nítidos o efeito da exploração do trabalho a que o proletariado é submetido e as inadequadas condições de sobrevivência. Como descreve Yamamoto e Carvalho (2007, p. 137),

Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência - ou mesmo falta absoluta - de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência.

Nesse período, o Serviço Social brasileiro tem seu primeiro contato com a teoria social positivista<sup>15</sup>, que já vinha sendo adotada pelo Serviço Social norte-americano.

Como a prática profissional naquele momento visava atender às exigências do Estado, o Serviço Social passa a ter a tecnificação profissional baseada na teoria social positivista de cunho conservador.

---

<sup>15</sup> O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. O principal idealizador foi o filósofo Augusto Comte (França, 1798 - França, 1857). Essa escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do século XX.

Desse modo, organizar e teorizar o Serviço Social, quanto aos serviços assistenciais, partiu da iniciativa do Estado, ao corporificar a prática no processo produtivo para obter fins determinados na aprendizagem para industriários.

Afirmam Iamamoto e Carvalho (2007, p. 254) que:

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), como principal instrumento de atuação coletiva do empresariado – sob comando da fração dominante, que é também sua principal beneficiária no processo de adequação da Força de Trabalho coletiva às necessidades da produção.

Na instituição referida, o profissional passa a atuar como proletariado. No comportamento assistencial do Estado, o Serviço Social desenvolvia funções e medidas para suprir as necessidades dos trabalhadores, que consistia em ações paternalistas de interesse econômico, de seletividade e clientelismo, para dar melhores condições de vida.

É importante expor ainda que a Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957, foi a primeira a regulamentar o Serviço Social brasileiro. Todavia, esse contexto da sociedade brasileira vai se modificando, e o Serviço Social acompanha tal processo e as demandas sociais.

As décadas seguintes são marcadas por profundas transformações, e o profissional do Serviço Social vai se modernizando na parte teórica, nos métodos e nas técnicas utilizadas.

Nesse momento, meados da década de 1960, a sociedade brasileira passa por uma Ditadura Civil-Militar (1964 - 1985).

Sob influência das transformações teóricas e técnicas apontadas, surge a necessidade de uma Reconceituação do Serviço Social, principalmente no que se refere à teorização, tida até então como tradicional, de caráter paternalista, positivista, ou seja, de teor conservador.

Sobre esse período, Netto (2005) considera o Movimento de Reconceituação como um momento rico da história do Serviço Social no Brasil e na América Latina.

O referido autor explica que o Movimento de Reconceituação configura-se como crítica ao modelo tradicional, visto que as/os assistentes sociais da época,

analisando as realidades daquele momento, perceberam que os métodos até então utilizados não estavam atingindo resultados e que as demandas apresentadas pelas classes excluídas da sociedade eram apenas “apaziguadas”.

O Serviço Social, dentro do modelo capitalista, era utilizado como meio para controlar a população. As/os assistentes sociais começam, então, a buscar nas pesquisas e nos aprofundamentos teóricos, métodos para reverter o quadro.

O momento foi considerado como um período promissor para o aprofundamento teórico, pois os profissionais ampliaram sua atuação para as áreas de pesquisa, administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução e desenvolvimento de ações de assessoria aos setores populares, realizando o exercício de reflexão para além da realidade apresentada.

Trabalhos, encontros, seminários e congressos foram organizados, muitos deles por iniciativa do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), resultando, depois de muitos debates, na ruptura com os pensamentos considerados conservadores e na adoção de embasamentos teóricos fundamentados na teoria marxista.

[...] a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional [...] Outra característica desse encontro do Serviço Social com a tradição marxista decorre dos condutos teóricos pelos quais se processou tal aproximação. Ela não foi orientada para as fontes clássicas e contemporâneas, abordadas com uma explícita preocupação teórico-crítica. Deu-se predominantemente por manuais de divulgação do “marxismo oficial”. Aliou-se a isso a contribuição de autores “descobertos” pela militância política, como Lênin, Trotsky, Mao, Guevara [...] (IAMAMOTO, 2007, p. 210-211).

Assim se inicia o processo de Reconceituação do Serviço Social, no Brasil, com uma sequência de encontros, regionais e nacionais, realizados para disseminar o movimento. Dentre eles, citam-se os seminários de teorização do Serviço Social, nas cidades de Araxá, em Minas Gerais, no ano de 1967; em Teresópolis, no Rio de Janeiro, em 1970; e em Sumaré, também no Rio de Janeiro, em 1978.

Ainda nesse contexto de breve historização da profissão, ressalta-se que o desgaste da base tradicional do Serviço Social impulsionou o processo de sua renovação no País.

Tal processo de renovação deu-se em três perspectivas, conforme aponta o professor José Paulo Netto, em seus escritos sobre o Movimento de Reconceituação e intenção de ruptura<sup>16</sup>:

- A modernizadora, cuja principal vertente filosófica é dar base à teoria positivista;
- A proposta de renovação do conservadorismo, baseada principalmente na fenomenologia;
- A de intenção de ruptura com as práticas voltadas ao tradicionalismo e conservadorismo, vinculadas principalmente aos interesses da classe dominante/burguesa. Tal ruptura teve como base a vertente marxista.

As/os assistentes sociais, profissionais que possuem como objeto de trabalho a Questão Social, consequência das relações conflituosas entre capital e trabalho, reconhecem que a prática profissional está voltada para a classe trabalhadora. Nesse contexto, tais profissionais fortalecem as ideias de intenção de ruptura com as práticas ditas tradicionais e conservadoras.

No ano de 1979, entre os dias 23 e 28 de setembro, em São Paulo, acontece o III Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS), conhecido como Congresso da Virada, organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS)<sup>17</sup>.

Para o Serviço Social brasileiro, o evento significou a ruptura com o conservadorismo e a adoção de uma atuação politizada. Esse momento proporciona um debate mais aprofundado e o reconhecimento, por parte da categoria, do Projeto Ético-Político Profissional (hegemônico).

E para tal, o Serviço Social brasileiro passa a fundamentar-se na teoria social marxista, ou seja, no materialismo histórico-dialético, evidenciado no seu

---

<sup>16</sup> Netto (2005; 2009; 2012).

<sup>17</sup> Atual Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Código de Ética Profissional (em especial nas duas últimas versões, de 1986 e 1993).

Assim, o sentido da profissão foi sendo estabelecido com a reconceituação, delineando sua intervenção por meio de um novo plano, que se baliza no conhecimento do real em suas múltiplas determinações no processo de trabalho, mostrando que tinha condições de exercer influência contra as forças ideológicas do capitalismo direcionadas ao proletariado, e comprometida eticamente com as camadas populares, como será abordado no próximo item.

Esse breve resgate histórico do Serviço Social permite afirmar que, desde o seu início, a profissão é definida e comprometida com a garantia dos direitos sociais, voltando-se para o atendimento da população em maior nível de vulnerabilidade social e, nesse contexto, insere-se também a categoria Famílias, principal alvo deste trabalho.

## **1.2 A Profissionalização e Processo de Trabalho do Serviço Social**

O profissional de Serviço Social potencializa as políticas públicas, paralelamente construindo o Projeto Ético-Político ao orientar a prática em direção a um compromisso com as camadas populares, buscando reafirmar seu compromisso com a classe trabalhadora.

Desse modo, rompendo com o conservadorismo imposto à profissão, o Serviço Social, durante sua trajetória histórica, passa por um processo de renovação, chegando a uma prática interventiva e social (BARROCO, 2012).

No contexto das políticas e de organização da vida social no modelo vigente, as/os assistentes sociais, através da posição crítica e consciente, da categoria sobre as concepções teóricas e metodológicas monopolizadas pelo conservadorismo, abriram espaço para incorporar matizes ideológicas comprometidas e capazes de construir e transformar a realidade social da sua demanda, compreendendo o pluralismo e a sintonia com o Projeto Ético-Político profissional.

Impulsionado pelo Movimento de Reconceituação, que trouxe para os campos acadêmico e político da profissão a perspectiva de ruptura teórica, modernizadora e crítica,

A profissão questiona a sua prática institucional e com esse referencial modernizador fez a adaptação social dos objetivos da prática ao mesmo tempo que se aproxima dos Movimentos Sociais e das organizações da classe trabalhadora (YAZBEK, 2009).

Desta maneira, a perspectiva da profissão do Serviço Social era de ruptura com o conservadorismo da prática, instaurada tradicionalmente desde a sua origem no Brasil.

O Movimento de Reconceituação da profissão, por meio da teoria social, atuou no cenário brasileiro no sentido de reconhecer as situações e condições que a realidade pode desencadear, buscando a teorização do exercício profissional de acordo com a realidade latina, na construção das respostas que transformassem a realidade dos sujeitos sociais.

Sobre as orientações da prática profissional para o campo do conhecimento político da profissão, a perspectiva de ruptura teórica fez com que os profissionais do Serviço Social assumissem uma prática comprometida com a sociedade no sentido de transformar a trama das relações sociais e as condições de vida das camadas populares.

Compreende-se que, para um melhor entendimento da práxis da/o profissional assistente social e do desenvolvimento no seu processo de trabalho, faz-se necessário ter esse contato e realizar uma breve comparação entre os diversos Códigos de Ética do Serviço Social<sup>18</sup>, o que embasa a necessidade de se promover e motivar a continuidade do processo de ruptura, nos dias atuais, pelas/os assistentes sociais, no contexto brasileiro.

Dando prosseguimento, entende-se que o Serviço Social é uma área profissional que, em sua gênese, possui uma concepção claramente conservadora, com fortes influências e raízes nos pensamentos cristãos, em especial, ligado diretamente à Igreja Católica, como já explicado na primeira parte deste capítulo.

---

<sup>18</sup> Datados nos anos de 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993.

O surgimento do Serviço Social no Brasil baseia-se nos pensamentos neotomistas, e trava quase que uma batalha entre o “bem e o mal”, que perdura por um longo tempo e resulta em uma prática profissional com características caritativas, benevolentes e posicionamentos interpretados hoje como conservadores.

As/os assistentes sociais naquele período desenvolviam sua prática segundo as diversas expressões da Questão Social. No entanto, por vertentes conduzidas pela moral religiosa e positivista, o que resultava na naturalização e culpabilização da pobreza, e do indivíduo, por suas condições sociais.

Como afirma Yazbek (2009, p. 45),

É por demais conhecida a relação entre a profissão e o ideário católico na gênese do Serviço Social brasileiro, no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. O contributo do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e comportamento de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes.

Outro fator a ser destacado da prática profissional, nesse contexto conservador, se dá pela influência do Estado na atuação da/o assistente social e das imposições que conduzem a uma ação de controle e manutenção da ordem social, com embasamento, principalmente, na vertente positivista.

Yazbek (2009, p. 129) destaca e aponta, ainda, que

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social.

Debruçando nas produções do Serviço Social que traçam a sua trajetória, alcança-se melhor compreensão dos fundamentos históricos e teóricos da categoria em questão. Com isso, percebem-se as mudanças que o Serviço Social brasileiro foi traçando dentro da sua história, pois nos processos, desejos e nas lutas por mudanças da realidade, os profissionais e intelectuais dessa profissão trabalharam em prol da ruptura das vertentes utilizadas até então, baseadas (principalmente) nos

conceitos cristãos e princípios filosóficos neotomista e positivista, o que resulta em profissionais mantenedores da ordem social imposta pelo Estado capitalista.

Desse modo, se faz de suma importância explicar sobre a construção e as mudanças no posicionamento ético da categoria do Serviço Social, nesse processo histórico e evolutivo da profissão.

A percepção do processo de construção e mudanças nos posicionamentos das/os assistentes sociais fica muito clara, principalmente, ao serem comparados trechos do primeiro Código, de 1947, com o de 1986 (que já traçava uma linha de pensamento mais progressista e entende o homem como ser histórico e social, ou seja, já com fundamentos marxistas, assumindo seu compromisso da prática direcionada à classe trabalhadora, e se reconhecendo como tal, e não simplesmente iluminado por um ser divino).

Comparando-os, cita-se o documento de 1947:

Seção I Deveres Fundamentais: Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre, em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos de lei, tendo em mente o julgamento prestado diante do testemunho de Deus (CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL, 1947).

A mudança de posicionamento, já referida, fica nítida na introdução do Código de Ética de 1986, a seguir:

A categoria de Assistentes Sociais passa a exigir uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e conseqüentemente de uma nova visão da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria através de suas organizações faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe (CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL, 1986).

Já a demonstração de um efetivo rompimento com as práticas, hoje consideradas conservadoras, fica clara com a elaboração do Código de Ética de 1993, que reconhece onze princípios fundamentais da Ética profissional.

Sobre esse rompimento e amadurecimento da profissão, destacam-se ainda outros pontos, que nortearam o Código de 1993, e que, segundo Barroco (2012, p. 180), permitiram

[...] torná-lo um instrumento efetivo no processo de amadurecimento político da categoria, bem como, um aliado na mobilização e qualificação dos Assistentes Sociais diante dos enormes desafios e demandas da sociedade brasileira. Urgia transformá-lo num mecanismo concreto de defesa da qualidade dos serviços profissionais que desempenhamos.

Ainda sobre os primeiros Códigos, entende-se que os pensamentos neotomistas e positivistas os fundamentaram, como afirma Barroco (2012), citando Abas (2007):

A ética é concebida como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal; sua importância é afirmada em face da atuação profissional voltada às pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.

O Código de Ética de 1965 traz diferenças, com relação à versão editada em 1947, e propõe que a/o assistente social contribua para o bem comum, não com uma visão de benevolência, mas já avançando para o que se entende como garantia de direitos. O que se considera, aqui, como um relevante avanço.

Já no Código de Ética de 1975, segundo Barroco (2012), há um retrocesso, no que tange à reafirmação do conservadorismo tradicional, devido à forte influência da Ditadura Civil-Militar, após o golpe de Estado de 1964, e o distanciamento do Serviço Social de uma prática humanista, que se torna, sim, prática submissa ao Estado, principal empregador dos profissionais do Serviço Social.

Segundo Barroco (2012), nesse contexto, a ação da/o assistente social é tida como uma vocação e exercida por indivíduos de um perfil ético-moral com qualidades já esperadas, e que deve ser exemplo de integridade moral, concebido a partir do conservadorismo ético.

Essa ética acaba por impor ao/à profissional, normas de conduta e comportamento durante sua atuação com o usuário, ou seja, nesse contexto, a ação profissional objetivava eliminar as desordens sociais por meio de intervenção moralizadora.

Em 1986, com o findar da Ditadura Civil-Militar, o Código de Ética da profissão é reelaborado, trazendo a busca pela garantia de uma ética profissional voltada para a classe trabalhadora.

Pode-se dizer que esse processo é resultante do engajamento de boa parte dos/as profissionais do Serviço Social em espaços de lutas e movimentos sociais.

Fato importante, com a elaboração do Código Ética de 1986, é a discussão acerca do Projeto Ético-Político, o que vem afirmar a contextualização do processo de reconceitualização da categoria profissional do Serviço Social.

Em 1980, há um forte debate acadêmico a respeito da política, propondo a ruptura com o conservadorismo que caracteriza a profissão. Esse debate gera uma cultura que reconhece a pluralidade técnico-metodológica, fortalecendo a orientação marxista com direção ao Projeto Ético-Político da Profissão.

Essas orientações colocam como valor central os princípios de democracia, liberdade, justiça e dignidade humana, definidos e explicitados, hoje, no Código de Ética de 1993, marco significativo para a profissão nos anos 1990.

Com disso, há o fortalecimento de uma nova vertente filosófica, baseada na teoria social marxista, antes não discutida no Serviço Social.

Assim, “abandonando” as vertentes embasadas, principalmente, no positivismo e no neotomismo, que resultavam em práticas benevolentes, conservadoras e alienantes, tanto da categoria profissional como das/os usuárias/os atendidas/os.

A superação do Código Ética de 1986 é concretizada no ano de 1993, quando um novo Código é adotado.

Esse último representa a direção dos compromissos assumidos pelo Serviço Social, nas últimas décadas do seu percurso histórico, e apresenta uma característica mais crítica à ordem econômica social estabelecida e também ao fortalecimento pela defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Compreendendo o trabalho das/os profissionais do Serviço Social na contemporaneidade e suas dificuldades, dadas as imposições e o poder institucional dos espaços de trabalho, que, certamente, são influenciadas principalmente pela lógica do neoliberalismo, com isso resulta em uma atuação conservadora e distante da teoria social marxista e, em especial, do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Fica entendido que tal profissional não possui apropriação do processo de construção e do produto final de seu trabalho, alienando-se ao seu próprio objeto, conforme é apontado por Iamamoto e Carvalho (2007; 2012).

Ao realizar uma leitura mais crítica e detalhada dos Códigos de Ética da Profissão do Serviço Social, fica perceptível, também, que a/o assistente social passa a se reconhecer enquanto categoria de trabalho, ou seja, como classe trabalhadora, como sujeito histórico e ser social, que, segundo Marx (apud BARROCO, 2012), no trabalho, fundamenta o seu conhecimento do ser enquanto ser. Em outras palavras, o trabalho é considerado como fundamento ontológico do ser social, que vive e se relaciona em sociedade.

No entanto, nesse processo de reconhecimento do ser, e de constituição a partir do trabalho, há um processo de alienação e “identidade atribuída” aos/às profissionais do Serviço Social, conforme descreve Martinelli (1991) em seu livro *Serviço Social: Identidade e Alienação*.

Por ser categoria inserida na sociedade capitalista, o Serviço Social se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais.

E que, em seu cotidiano de trabalho, a/o profissional do Serviço Social depara-se constantemente com diversas situações em que deve assumir posicionamentos pautados nos valores que o regem, em vez de uma moral individual, pois essas interferem diretamente na vida das/os usuárias/os atendidas/os, das diferentes demandas e expressões da Questão Social.

Por essas razões o Serviço Social toma como norte da sua práxis o Código de Ética de 1993 e seu Projeto Ético-Político Profissional.

Discutir esses pontos, nesta pesquisa, possibilita adquirir melhor discernimento da prática profissional da/o assistente social, pautado na evolução

dos seus princípios éticos (Códigos de Ética da profissão), resultando no seu reconhecimento como e com a classe trabalhadora, dentro do seu processo de trabalho.

Em seu cotidiano profissional, a/o assistente social deve desenvolver ações em contrariedade ao imposto pelo capitalismo, que trata as pessoas apenas como “coisa descartável” e as influencia, por meio da mídia, alienando-as, de tal modo que só se reconheçam como cidadãos quando conseguem consumir.

É fundamental que a/o assistente social tenha clareza das finalidades, edificadas com os princípios éticos construídos pela coletividade da categoria profissional, a partir do Projeto Ético-Político, fortalecido com justiça social, da efetivação e do cumprimento dos direitos humanos, para, assim, atuar, segundo a Ética profissional, em proveito das/os usuárias/os atendidas/os em seu cotidiano profissional.

Nesse processo, cabe às/aos profissionais assistentes sociais assumir a sua vinculação histórica para que se reconheçam como trabalhadores/as, superem as práticas tradicionais e conservadoras e avancem na luta pela garantia de direitos. Evidencia-se a importância do conhecimento sobre a conjuntura social e a capacidade de construir um projeto societário que se consolide no fazer profissional. Em suma, que se norteie pelo Projeto Ético-Político, um processo, também, em contínuo desdobramento. Netto (2007, p. 44) afirma que:

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Desse modo, o Projeto Ético-Político instaurou, na prática profissional, novos valores, que podem propiciar aos indivíduos o desenvolvimento de certas capacidades, para que, agindo e pensando sobre alternativas e possibilidades, promovam a própria liberdade de escolha e transformação da sua realidade.

Para Netto (2010), a/o assistente social trabalha com os desdobramentos dessa questão, levando em conta a ética profissional na dinâmica da sociedade.

A/o assistente social, no campo de intervenção, deve observar toda a conjuntura social do usuário, firmando o compromisso ético de construção de um ser capaz de agir conscientemente, gestando condições para o exercício de liberdade em conformidade com o Código de Ética profissional.

Para Barroco (2012, p. 54):

A objetivação do trabalho propicia o desenvolvimento de certas capacidades que instituem um novo ser. [...] Um ser social, capaz de agir conscientemente, de forma livre e universal [...] É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade.

Portanto, a investigação sobre os processos que configuram a realidade das/os sujeitos não pode ser vista de forma isolada. Por isso, as/os profissionais do Serviço Social buscam conhecimentos e respostas relacionadas à totalidade social que informará o percurso que a/o assistente social realizará durante o processo de investigação. Assegura Baptista (2006, p. 75) que:

A qualidade de investigação e de seus resultados, em termos de conhecimento e práticas, decorre da clareza das concepções com que esses profissionais organizam os materiais de que se servem, dos princípios e da estrutura explicativa segundo os quais os avaliam para definir rumos de sua investigação e de sua prática.

Baptista (2006, p. 63) deposita que isso acontece:

No movimento de concretização dos fatos, os quais irão se revelando mais significativos à medida que forem sendo seguidamente integrados em conjuntos mais abrangentes, busca-se ultrapassar a abstração para chegar à sua essência concreta. É pela via desse processo, por aproximações sucessivas, que a realidade vai superando seus limites, tomando sua dimensão histórica e de totalidade.

Desse modo, o compromisso firmado pela/o profissional do Serviço Social com os cidadãos torna imprescindível a adoção de estratégias que propiciem um processo de emancipação e cidadania, que venha a colaborar para a efetivação dos direitos e o acesso aos serviços.

A profissão tem identidade na intervenção, baseada e direcionada por meio do Projeto Ético-Político, que tem sua importância para a prática profissional dentro da divisão socioeconômica e técnica do trabalho, regulamentada no Brasil por meio da Lei 8.662, de junho de 1993.

Afirma Martinelli (2006) que a Lei de Regulamentação da Profissão e as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, são os alicerces fundantes do Projeto Ético-Político, razão pela qual devem ser de pleno conhecimento de cada assistente social.

Sabe-se que a profissão é regulamentada por lei e tem diretrizes curriculares que trazem princípios basilares para o fazer profissional; que tem teoria metodológica própria para produzir conhecimentos e construir novas bases para uma sociedade justa e igualitária. De acordo com o atual Código de Ética do Serviço Social, de 1993, a profissão tem como princípios fundamentais:

1. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
2. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
3. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
4. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
5. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
6. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
7. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
8. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
9. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
10. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
11. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia,

religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL, 1993).

A profissão, em princípios éticos, tem a liberdade como valor central de emancipação e plenitude dos indivíduos sociais; defesa dos direitos humanos; consolidação da cidadania e democracia na participação do cidadão na política e riqueza socialmente produzida.

Atuar em favor da equidade e justiça social, no processo de trabalho ético-político e teórico-metodológico; conhecer a realidade, com a perspectiva de intervenção com significado social, que particulariza o fazer profissional nos campos econômico, social e político.

Na contemporaneidade, apesar das dificuldades que se apresentam na prática e no fazer profissional, a/o assistente social é desafiada/o a manter um processo de criação e desenvolvimento de propostas inovadoras. Propostas essas sem se distanciarem das diretrizes pautadas no Projeto Ético-Político.

Nesse cenário, o Serviço Social brasileiro e seus profissionais encontram muitos desafios, em especial, nos espaços de trabalho. Em tempos de fetiche do capital e alienação econômica, o processo de globalização, de influências neoliberais, assim como o processo de reestruturação produtiva, implica a radicalização da Questão Social e as graves consequências dessa conjuntura, articuladas ao espaço social em geral.

## **2 PROCESSO DE FORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL E AS FAMÍLIAS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

A família, seja como for composta, vivida e organizada é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Este processo que se inicia ao nascer prolonga-se ao longo de toda a vida, a partir de diferentes lugares que se ocupa na família.

*(Cynthia Andersen Sarti)*

### **2.1 Conceitos, Definições e Tipos de Famílias na Contemporaneidade**

No presente capítulo, objetiva-se tecer breve ensaio acerca da temática Famílias e discutir, na contemporaneidade, tal categoria, torna-se uma tarefa complexa, mas que se faz importante, principalmente no sentido de realizar uma conceitualização a respeito. Para abordar tal tema, antes, é adequado fazer uma breve contextualização do termo Família.

Para Szymanski (2002),

[...] compreende-se como família, uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos.

Já em sua análise, Mito (2000, p. 217), somando uma possível definição de família, diz que é

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo, mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. É marcado por relações de gênero, e está dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida.

Sarti (1999, p. 100), complementando a contextualização do termo, orienta:

A família é o lugar onde se ouvem as primeiras falas com as quais se constrói a autoimagem e a imagem do mundo exterior. É onde se aprende a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas. A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Este processo que se inicia ao nascer prolonga-se ao longo de toda a vida, a partir de diferentes lugares que se ocupa a família.

Assim, verifica-se que, ao longo do tempo, a família foi se caracterizando como um espaço de inserção social, onde se reproduz a sociabilidade e as relações vividas nos contextos familiares; os primeiros vínculos entre os indivíduos; espaço de construção dos sentimentos, afetos, mas também de reprodução das desigualdades, de sofrimentos e carências.

Essa consideração sobre família acaba por abranger inúmeras possibilidades e que, como aponta Szymanski (2002), há séculos, já vêm sendo vividas pela humanidade.

Sobre isso, a mesma autora cita nove tipos de composição que podem ser consideradas como família, e é importante expô-las neste trabalho, para que se possa ter uma compreensão mais clara da diversidade de arranjos com os quais a/o assistente social vai se deparar em suas práticas profissional e cotidiana.

A saber, os nove tipos são:

- Família nuclear, que inclui duas gerações, com filhos biológicos;
- Famílias extensas, que inclui três ou quatro gerações;
- Famílias adotivas temporárias;
- Famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- Casais;
- Famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- Casais homossexuais, com ou sem crianças;
- Famílias reconstituídas depois do divórcio;
- Várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

Percebe-se que a família nuclear, o dito modelo ideal, de forte apreço burguês, deixa de ser vista como modelo-padrão, em especial, pelo olhar e na prática da/o assistente social.

Szymanski (2002, p. 10) expõe, ainda, que:

As mudanças na composição familiar, sua visibilidade e o aceite da sociedade [...] exigem que se leve em conta o reflexo daquelas na sociedade mais ampla, nas formas de se viver em família e nas relações interpessoais [...] Para compreendê-las e desenvolver projetos de atenção à família, o ponto de partida é o olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejem seu futuro, acolhem-se, atendem os idosos, formam crianças e adolescentes.

O autor dá continuidade e já explicita de maneira bem sucinta o que é família, e também a compreensão do processo de contextualização do Serviço Social, enquanto categoria profissional.

Iamamoto (2007) explica que se trata de uma profissão que atua diretamente com as diversas expressões da Questão Social, intermediando as demandas dos usuários de políticas públicas e o acesso aos diversos serviços oferecidos.

A mesma autora aponta que a/o assistente social pode, em sua atuação,

Abrir possibilidades para o acesso das famílias aos recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da Questão Social (IAMAMOTO, 2007, p. 357).

Mioto, em seu artigo Família, Trabalho com Famílias e Serviço Social, citando Iamamoto (2007), expõe:

A família é um sujeito privilegiado de intervenção do Serviço Social desde os primórdios da profissão. No Brasil ele nasce vinculado aos movimentos de ação social numa proposta de dinamização da missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto a família operária. Ou seja, o alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e a sua família, em todos os espaços ocupacionais.

O trabalho desenvolvido com as famílias, em especial pelas/os assistentes sociais, tem se constituído em fonte de preocupação, devido às diversas demandas apresentadas.

Envolve inúmeros aspectos, dentre os quais constam as diferentes configurações familiares e, para a/o profissional do Serviço Social, se faz necessário demarcar esse redimensionamento no campo do trabalho direto com famílias.

Desse modo, é adequado reafirmar como as demandas das famílias são entendidas e qual a direção dada para o atendimento de tais problemáticas pelas/os assistentes sociais, por meio de seu processo de trabalho, conforme aponta Miotto (s/d).

Na sua prática, a/o assistente social deve conhecer o território onde atua e as políticas públicas que viabilizarão a garantia de direitos das famílias atendidas no serviço ou equipamento em que está inserida/o.

É de suma importância que essa/e profissional busque conhecer as relações envolvidas; conheça suas potencialidades e, de certo modo, suas fragilidades, ou seja, as condições das famílias que acompanha em seu cotidiano profissional.

Trabalhar com famílias requer da/do assistente social fundamentação teórica, conhecimento dos sujeitos atendidos, planejamento, e também a utilização de instrumentos técnico-operativos.

Essa perspectiva tem como base o Código de Ética do Assistente Social, de 1993, e a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão e estabelece as competências e as atribuições profissionais do Serviço Social, conforme já explicitado no item anterior deste capítulo.

Tal percepção e busca do conhecimento é importante, tendo em vista que esta/e profissional desenvolve seus trabalhos diretamente com as famílias em seu cotidiano, e, ainda, devido à prática direcionada à população que se encontra em situações de vulnerabilidade social.

Compreendendo a importância da busca de conhecimento sobre a temática Famílias, entende-se que, para a/o assistente social, isso já aconteceria no seu processo de formação, durante o período da graduação em Serviço Social, nos

cursos tanto na modalidade presencial como na modalidade de Ensino a Distância (EaD).

Dada essa indagação, explana-se que nos próximos itens e capítulo dessa Dissertação será exposto o levantamento realizado junto às IES do território brasileiro, após consulta e análise nos sites do Ministério da Educação e das diversas IES que oferecem o curso de Serviço Social na modalidade presencial e que estão em atividade.

No entanto, antes, apresentam-se aspectos das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) ao discutir o processo de formação da/o assistente social, durante o período da graduação.

## **2.2 Formação Profissional em Serviço Social: Diretrizes Curriculares da ABEPSS**

Atualmente, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, coordenada e promovida pela então ABESS (atual ABEPSS), expressam vários avanços, dentre eles, pode-se citar:

O amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora (disponível em: <[www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br)>).

O debate acerca das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, enquanto alicerce ético-político para a formação profissional, em especial, na perspectiva de intenção de ruptura com as práticas conservadoras, tendo como referência a teoria social de Marx, se faz de suma importância, sobretudo, em tempos de retrocessos da educação brasileira incorridos sob a lógica do neoliberalismo.

O contexto de precarização e mercantilização educacional rebate diretamente na formação acadêmica em Serviço Social, e convoca a uma reflexão

permanente do processo de formação profissional defendido e norteado pelo Projeto Ético-Político.

Conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a sua construção se deu entre os anos de 1994 e 1996, quando foram realizadas aproximadamente 200 oficinas locais, nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS; 25 oficinas regionais; e duas nacionais.

Esse processo de construção ocorreu de forma coletiva, ao longo daqueles anos.

Numa primeira etapa procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Com base neste diagnóstico<sup>1</sup> foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular. A continuidade deste trabalho coletivo, em 1996, através da realização das oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate”. Na etapa final do processo de revisão curricular as proposições do conjunto das Unidades de Ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a Diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a presente Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 3-4).

Os pressupostos norteadores da formação profissional, que informam a revisão curricular do curso de Serviço Social no território brasileiro, são os seguintes:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições

postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5-6).

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, direcionam para a formação de um perfil profissional com: **1)** capacitação teórico-metodológica, **2)** ético-política e **3)** técnico-operativa, para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade.

Tais diretrizes apontam para uma nova lógica curricular, articulando três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional.

Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em **NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO** constitutivos da Formação Profissional (ABEPSS, 1996, p. 8).

Os três núcleos são:

- Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social;
- Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Para esta Dissertação, foi realizada pesquisa detalhada nos *sites* das IES que oferecem o curso de Serviço Social, na modalidade presencial e em atividade, com o objetivo principal de estudar e analisar a oferta de uma disciplina específica, relacionada à temática Famílias.

Importante é apresentar as matérias básicas recomendadas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, visto que são consideradas expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional, que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares,

e outros componentes curriculares, conforme explicitado no documento geral (ABEPSS,1996).

Como matérias básicas<sup>19</sup>, são propostas as seguintes:

- Sociologia;
- Ciência Política;
- Economia Política;
- Filosofia;
- Psicologia;
- Antropologia;
- Formação Sócio-histórica do Brasil;
- Direito;
- Política Social;
- Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais;
- Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social;
- Processo de Trabalho do Serviço Social;
- Administração e Planejamento em Serviço Social;
- Pesquisa em Serviço Social;
- Ética Profissional.

Deste modo, é entendido que essa proposta de formação profissional de assistentes sociais no cenário brasileiro, por meio das Diretrizes Curriculares por ora brevemente apresentadas, está vinculada a uma formação para a vida social, compreendendo-a numa perspectiva de totalidade.

Com base nessa concepção, é que a/o profissional terá condições de se inserir na realidade institucional e atuar com comprometimento com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

---

<sup>19</sup> Para detalhamento sobre cada matéria proposta pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, consultar o **Anexo B** desta Dissertação. Também disponível em arquivo .PDF no site: <[www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: out. 2017.

Com a contextualização realizada neste estudo, faz-se mister discutir sobre o processo de formação da/o assistente social, no que se refere ao conhecimento e à identificação de uma disciplina específica, relacionada a categoria Famílias.

Como dito, a/o profissional do Serviço Social trabalha em diversos espaços sócio-ocupacionais e com públicos e demandas diferenciados, o que requer o contato direto com Famílias.

Nessa perspectiva, no Capítulo 4, a seguir, serão aprofundados os dados coletados durante a pesquisa e apresentado o caminho metodológico percorrido.

### **3 O CAMINHO PERCORRIDO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O que vale na vida não é o ponto de partida  
e sim a caminhada.  
Caminhando e semeando,  
no fim terás o que colher.

*(Cora Coralina)*

#### **3.1 A Pesquisa: Natureza, Instrumentos e Métodos para a Coleta de Dados**

Ao iniciar a descrição da metodologia de pesquisa desta Dissertação, se faz necessário especificar o trajeto, ou seja, o caminho percorrido para chegar a uma definição mais precisa da temática a ser estudada, tal como da metodologia traçada para a elaboração deste estudo.

Num primeiro momento, visava-se discutir e analisar as dificuldades da prática profissional da/o assistente social na contemporaneidade, ligadas aos espaços e processos de trabalho, o que possivelmente resulta em uma atuação conservadora e não pautada na teoria social que é base do Serviço Social, seguindo o pensamento marxista.

Assim, a proposta inicial era entender se as dificuldades impostas nos espaços de trabalho acarretavam uma prática profissional de caráter conservador.

É exposto que, de acordo com o pré-projeto que foi construído (e apresentado no decorrer do processo seletivo para adentrar ao PPGSS/PUC-SP, no ano de 2015), a pretensão era entender como se dá a compreensão e o reconhecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social na prática profissional da/os assistentes sociais na contemporaneidade, ante as imposições dos espaços de trabalho, intitulado: *Serviço Social: Entre Resistências e Conservadorismos*.

Durante a construção desta Dissertação e o processo de estudos e orientações no Mestrado do PPGSS/PUC-SP, por meio de pesquisas e vivências, concluiu-se que tal temática (e metodologia) não seriam as mais adequadas para o momento.

Tal percepção deu-se, em especial, pela participação efetiva deste pesquisador no NEP-FAM e também do estreitamento de interesses com a temática Famílias, resultantes dos conhecimentos compartilhados com a professora orientadora deste estudo.

Assim, tendo em vista que a elaboração desta pesquisa se trata de um processo em construção e passível de mudanças, ou seja, não é algo com características de engessamento, foi decidido que a temática e metodologia para a construção da pesquisa seriam alteradas.

Desse modo, no que se refere à metodologia de pesquisa, expondo os caminhos percorridos, este estudo foi realizado por meio de análises e pesquisas bibliográficas, com um debruçar sobre a literatura específica do Serviço Social e baseada no pensamento marxista.

Para tal, recorreu-se também a outros tipos de produções, como artigos, textos, revistas, *sites* e documentários, objetivando um estreitamento com o assunto e aprofundamento da temática.

O ato de pesquisar faz parte da vida das pessoas que estão sempre buscando respostas para seus mais variados problemas, seja de ordem prática ou de ordem intelectual.

Entretanto, para que a pesquisa tivesse caráter científico, foi necessário utilizar procedimentos formais e sistemáticos, que objetivaram garantir resultados fidedignos e assim a construção de conhecimentos confiáveis.

O propósito foi adquirir conhecimento por meio da pesquisa científica na busca por respostas a problemas relacionados ao Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, bem como para a formação crítica do pesquisador a respeito do tema abordado, uma vez que, segundo Antônio Carlos Gil (1991, p. 19),

A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a

informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Ainda sobre o conceito de pesquisa, Minayo (2001, p. 17) ressalta:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Complementando com a contribuição de Cervo; Bervian e Silva (2007, p. 57), verifica-se que:

A pesquisa é uma atividade voltada para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio do emprego de processos científicos. Ela parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução.

E, ainda, pensando na colaboração e importância que este estudo proporcionará ao Serviço Social brasileiro, da mesma forma que Iamamoto (2007, p. 56) descreve, reconhecemos a pesquisa como uma dimensão integrante do cotidiano profissional das/os assistentes sociais e, assim, entender como:

Uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a elaboração de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional.

Nessa perspectiva, pode-se concluir que a pesquisa é fundamental para que se possa analisar aquilo que já se sabe sobre determinado assunto e confrontar com novas descobertas alcançadas por pesquisadoras/es contemporâneos.

Assim, esta pesquisa baseia-se em estudos e análises das discussões e opiniões que constam na literatura geral, escritas por profissionais, autoras/es e pesquisadoras/es, em especial do Serviço Social, sobre os desafios e possibilidades do processo de formação da profissão, em especial sobre a inserção (ou não) de disciplinas que abordem a temática Famílias nos cursos de Serviço Social no Brasil.

Ressalta-se que, em seu processo de construção, foram utilizados referenciais teóricos pautados em uma abordagem do materialismo histórico e dialético, ou seja, ancorando-se na teoria social marxista.

Marx e Engels (2000) afirmam que a história de todas as sociedades é uma história da luta de classes.

Assim, no decorrer do processo de elaboração deste estudo, buscou-se fundamentar em literaturas que proporcionassem essa interpretação crítica da realidade posta pelo sistema capitalista.

Tal medida se deu para uma melhor compreensão dos contextos históricos apresentados; as determinações socioeconômicas dos fenômenos; as relações sociais de produção e dominação, com a compreensão das representações sociais e, ainda, evidenciando o comprometimento com a classe trabalhadora.

E ainda complementando, segundo Minayo (2010, p. 24):

Enquanto método propõe abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivismo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais

Abordar essa linha de pesquisa para o tema proposto possibilitou a compreensão do processo de precarização das IES dentro da lógica capitalista e do pensamento neoliberal, em que o ensino também vira mercadoria e passa a ser comercializado.

Esta Dissertação tem caráter qualitativo, visto que, de acordo com Minayo (2001, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para tanto, um importante caminho trilhado para a elaboração dessa Dissertação, conforme sugere Martinelli (2005), considerou a pesquisa qualitativa, também em articulação com a pesquisa quantitativa, contemplando de modo pacientemente paciente o que se pretende estudar; exercitando a observação crítica e atenta, buscando o desvendamento da realidade em análise, objetivando uma intervenção qualificada.

Complementando, Fonseca (2002, p. 20) explica que:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Para esclarecer o uso da pesquisa qualitativa combinada com uma pesquisa também com características quantitativas, para elaboração dessa Dissertação, Minayo e Minayo-Gómez (2003, p. 118), apontam três considerações importantes:

- 1) Não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa);
- 2) Os números (uma das formas explicativas da realidade) são uma linguagem, assim como as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são e cada abordagem pode ter seu espaço específico e adequado;
- 3) Entendendo que a questão central da cientificidade de cada uma delas é de outra ordem [...] a qualidade, tanto quantitativa quanto qualitativa depende da pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos.

Entende-se, então, que este estudo se fez na abordagem qualitativa-quantitativa, tendo em vista que foram levantados dados objetivos e subjetivos do objeto pesquisado, ao qual buscou-se uma complementaridade.

Sabe-se que o viés quantitativo oportuniza dimensionar a realidade e o qualitativo expressar as vivências e experiências. Desse modo, o uso dos dois enfoques deu sentido em complementação e não o contrário.

A pesquisa trabalha com conhecimentos do campo da realidade social que “envolve todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais (GIL, 2010 p. 27).

Por se tratar de uma pesquisa realizada a partir de obras já publicadas, esse trabalho compreende-se na classe das pesquisas bibliográficas, que, de acordo com Gil (2008, p. 50):

É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Em complemento, para Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Neste contexto, a pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador em contato com uma diversidade de tipos de materiais sobre o assunto referido.

Assim, além de permitir o levantamento das pesquisas pertinentes ao tema estudado, a pesquisa bibliográfica proporciona também o aprofundamento teórico para nortear a pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi (2011), esse tipo de pesquisa abrange toda bibliografia tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, entre outros, inclusive meios de comunicação orais, como rádio, gravações em fita magnética, e audiovisuais, como filmes e televisão.

Marconi e Lakatos (2011 p. 57) afirmam: “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Ao oferecer os mecanismos para solução de problemas já conhecidos e também a exploração de campos onde os problemas não evoluíram satisfatoriamente, constitui apoio para a análise das informações.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, Dissertação e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema (CERVO, BERVIAN, 2007, p.60).

A pesquisa bibliográfica é base para quase todo tipo de estudo, e pode ser realizada de maneira exclusiva, ou aliada a outra modalidade, uma vez que é necessário sempre fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema que se deseja estudar; como parte das pesquisas exploratórias e de algumas pesquisas desenvolvidas a partir da análise de conteúdo.

Dá suporte a qualquer tipo de pesquisa e em todos os processos, na justificativa, nos problemas, objetos, etc.; faz parte de todo trabalho científico e influencia todas as etapas,

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos

muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2010, p. 50)

A pesquisa bibliográfica, como os outros métodos, perpassa por uma série de etapas, desde a escolha do tema, redação do texto, e envolve muita leitura, análise e interpretação das fontes, sempre com anotações, isto é, fichamentos, com exatidão e cuidado, pois serão usados como fundamentação teórica da pesquisa.

Fica assim esclarecido que, para a elaboração desta Dissertação, intitulada: **Trabalho Social com Famílias: Uma Demanda para a Formação Profissional em Serviço Social**, em um primeiro momento foi realizado o levantamento, a seleção, os fichamentos e o arquivamento das informações obtidas com as leituras realizadas, de acordo com as especificidades já descritas, para posterior análise.

Assim, fundamenta-se como base principal em dados bibliográficos de fontes secundárias, geralmente os mais indicados, como, por exemplo:

- Livros,
- Dissertações;
- Teses;
- Artigos;
- Revistas.

Esses dois últimos contidos e disponibilizados em periódicos específicos e recomendados no Serviço Social brasileiro<sup>20</sup>.

Assim, uma vez que já se tem ciência da existência do assunto estudado, a referente pesquisa pertence à categoria de pesquisa exploratória.

---

<sup>20</sup> Cita-se como exemplos: as revistas *Serviço Social e Sociedade*; *Katálisis*; *Textos & Contextos*; *Serviço Social em Revista*, entre outras reconhecidas pela Qualis/Capes. O Qualis constitui-se num sistema brasileiro de avaliação de periódicos, mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Relaciona e classifica os veículos utilizados para a divulgação da produção intelectual dos programas de Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), quanto ao âmbito da circulação (local, nacional ou internacional) e à qualidade (A, B, C), por área de avaliação. Os estratos estão divididos em oito níveis, em ordem de qualidade, e são: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Gil (1991, p. 45) explica:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

As autoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi no livro *Fundamentos de Metodologia Científica* (2011, p. 22), definem a pesquisa exploratória como:

Leitura de sondagem, tendo em vista localizar as informações, uma vez que já se tem conhecimento de sua existência. Parte-se do princípio de que um capítulo ou tópico trata de assunto que nos interessa, mas pode omitir o aspecto relacionado diretamente com o problema que nos preocupa.

Calcados nesses preceitos, esclarecemos que a abordagem consiste em pesquisa qualitativa e quantitativa, como já mencionado, e no procedimento técnico da pesquisa bibliográfica e documental, com levantamento de informações através de análise e consulta aos *sites* das IES.

Com a classificação das fontes, foi possível realizar um julgamento qualitativo complementado por estudo de dados e estatístico comparado (FONSECA, 1986).

Evidencia-se que a pesquisa documental foi realizada por meio dos dados obtidos pelo levantamento de dados quantitativos e informações das IES, coletadas na pesquisa realizada nos *sites* do MEC e nos *sites* específicos das IES que oferecem o curso de Serviço Social.

Das 508 Instituições em atividade, apenas 33 não dispuseram da informação do endereço do *site* no Portal do MEC e, ainda, mais onze IES estavam com seus *sites* inoperantes. Portanto, um total de 44 IES não puderam ser consultadas<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Ressalta-se que, esses dados e informações serão especificados e detalhados nos itens seguintes desta Dissertação.

Desse modo, para a realização deste estudo, teve-se acesso a um total de 464 IES, por meio de seus *sites*.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser tratar de fonte rica e estável de dados. Também por não envolver altos custos, não exige contato direto com os sujeitos da pesquisa e possibilita, ainda, a leitura aprofundada das fontes elencadas.

A pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2010), e o que a diferencia é a natureza das fontes, por se tratar de material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Segundo Pádua (1997, p. 62) a,

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Ressalta-se, ainda, que, complementando as metodologias já descritas, foi realizado o uso do espaço virtual com o acesso aos portais virtuais, ou seja, aos *sites*<sup>22</sup> do MEC e das diversas IES brasileiras que oferecem o curso de Serviço Social na modalidade presencial e em atividade.

O uso dos *sites* é livre e gratuito para o acesso e pesquisas diversas. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Substantivo masculino - local na Internet identificado por um nome de domínio, constituído por uma ou mais páginas de hipertexto, que podem conter textos, gráficos e informações em multimídia (Disponível em: <[www.dicio.com.br/internet](http://www.dicio.com.br/internet)>. Acesso em: jul. 2017). O termo *site* (ou *sites*) será adotado no decorrer do trabalho, em vez de portal virtual.

<sup>23</sup> Substantivo feminino - rede de computadores dispersos por todo o planeta que trocam dados e mensagens utilizando um protocolo comum, unindo usuários particulares, entidades de pesquisa, órgãos culturais, institutos militares, bibliotecas e empresas de toda envergadura. Inicial por vezes maiúsc. (Disponível em: <[www.dicio.com.br/internet](http://www.dicio.com.br/internet)>. Acesso em: jul. 2017).

Foram realizadas visitas ao *site* do MEC - [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br) -, com acesso direto ao espaço dedicado às informações relativas às IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino.

Denominado de e-MEC, dispõe de dados e informações específicas para a realização desta pesquisa, indo ao encontro da temática aqui discutida, por se tratar de uma:

Base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior – IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos das instituições e cursos de educação superior, editados com base nos processos regulatórios competentes (PORTARIA NORMATIVA MEC n. 40/2007).

Assim, definiu-se que o levantamento de dados e informações seria feito exclusivamente por meio de buscas virtuais no *site* do e-MEC, que:

Foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as Instituições de Educação Superior fazem o credenciamento e o credenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente.

Para melhor compreensão e visualização, a Figura 3 contém imagem que reproduz a página inicial do *site* referido.

FIGURA 3 - Página de acesso ao portal virtual do e-MEC



Fonte: MEC - 2017; e-MEC (<<http://emec.mec.gov.br>>).

Assim, o uso da Internet também compõe a metodologia de pesquisa.

Esse primeiro levantamento, em continuidade e atualização de pesquisa iniciada no NEP-FAM, em 2016, objetivou levantar informações das IES que oferecem o curso de Serviço Social no território nacional, e discernir em qual modalidade é ofertado o curso, ou seja, se é pelo Ensino Presencial ou por meio do EaD.

Na etapa posterior, foram realizadas “visitas” aos *sites* dessas IES, com o fim de acessar e analisar seus currículos, as grades curriculares e ementas.

É válido expor que as visitas aos *sites* das IES brasileiras que oferecem o curso de Serviço Social na modalidade presencial e em atividade, se deram com a seguinte dinâmica, praticamente em uma ordem padronizada<sup>24</sup>:

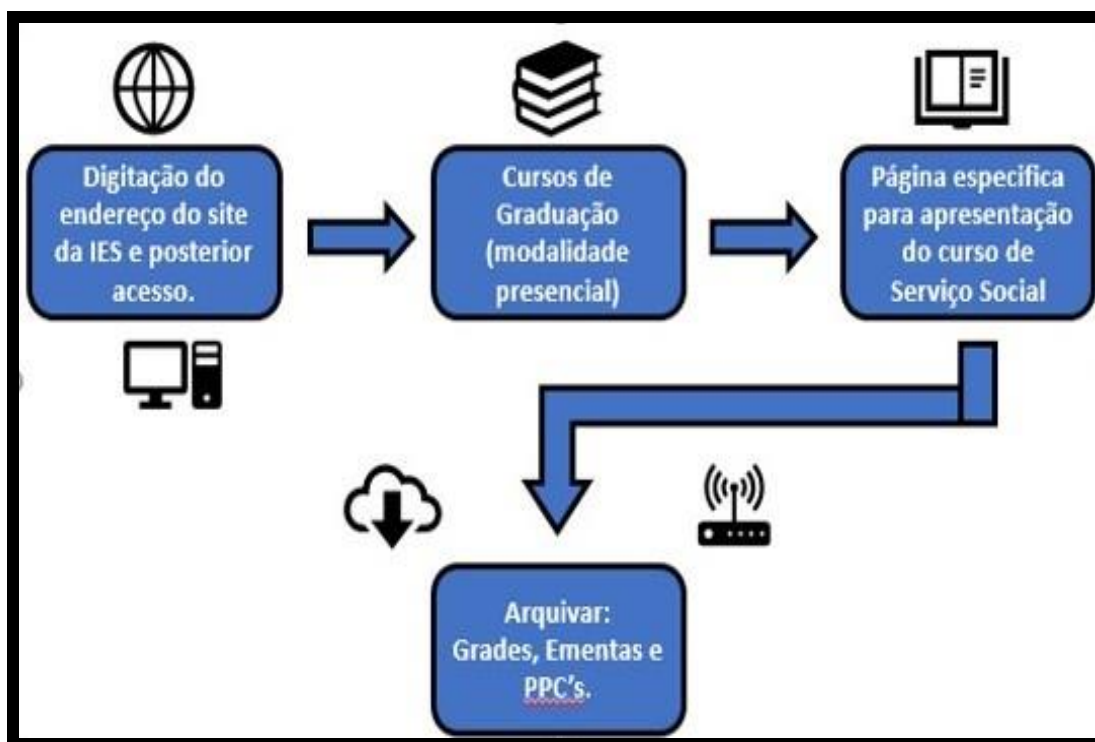
- Coleta dos endereços dos *sites* das IES no *site* do e-MEC;
- Digitação do endereço do *site* da IES e posterior acesso;

<sup>24</sup> A maioria dos *sites* visitados possui características e *layouts* semelhantes, o que gerou certa padronização no fluxo dos acessos.

- Identificação do espaço direcionado aos cursos de graduação na modalidade presencial;
- Identificação do espaço direcionado ao curso de Serviço Social, na modalidade presencial;
- Acesso a página específica para apresentação e descrição do curso de Serviço Social;
- Identificação e acesso às Grades Curriculares, Ementas e aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) - com arquivamento e registro das informações encontradas<sup>25</sup>.

A Figura 4 apresenta a padronização de um fluxo para acessar os *sites* das IES.

**FIGURA 4** - Fluxo realizado para acessar os *sites* das IES



Fonte: Elaborado pelo autor.

<sup>25</sup> Para registrar as informações coletadas, foi desenvolvida, pelo autor, uma planilha do Excel (ANEXO A).

Mesmo apresentando problemas quanto à qualidade das informações, por ora incompletas, essa base permitiu compor um quadro bastante substantivo da produção acadêmica.

Estabeleceu-se uma dinâmica de trabalho para a primeira grande coleta de dados, baseada na aquisição de se conhecer quais e quantas são as IES que oferecem o curso de Serviço Social no Brasil, e separando-as pelas cinco Regiões do País.

Com isso, o trabalho consistiu em um levantamento utilizando os descritores apresentados após coleta, resultantes das visitas aos *sites* das IES e, também, sucessivos encontros para obter diretrizes da professora Dra. Marta Silva Campos, orientadora no processo de elaboração desta Dissertação; e análise do material levantado para verificar dúvidas, dados, inclusões e exclusões.

Esse foi um importante momento do trabalho, pois permitiu definir com clareza sobre o oferecimento de disciplinas que abordam a temática Famílias nos cursos de Serviço Social do Brasil.

Vale lembrar também que os desafios para a construção de descritores capazes de garantir a coerência da base de dados somaram-se, nessa etapa, às dificuldades do acesso posterior, aos *sites* das IES, derivadas de:

- Grades curriculares incompletas;
- *Links*<sup>26</sup> quebrados;
- Inexistência das grades curriculares;
- Ausência das ementas.

Nesse sentido, realizar tal pesquisa, seguindo o caminho metodológico descrito, proporcionou uma visão mais ampla do assunto, e permitiu aprimorar a compreensão a respeito.

---

<sup>26</sup> *Link* é uma palavra em inglês que significa elo, vínculo ou ligação. No âmbito da informática, pode significar hiperligação, ou seja, uma palavra, texto ou imagem que, quando é clicada pelo usuário, o encaminha para outra página na Internet, que pode conter outros textos ou imagens. (Disponível em: <[www.significados.com.br/link](http://www.significados.com.br/link)>. Acesso em: jul. 2017).

### **3.2 Análise de Dados**

Podemos considerar que a análise de dados é uma atividade cuja proposta pretende transformar um conjunto de informações coletadas, dando-lhes uma razão para a temática geral discutida.

Dada a constatação acima, a partir dos resultados obtidos na pesquisa, por intermédio da técnica de levantamentos bibliográfico e documental, realizamos visitas aos *sites* das IES em atividade, que oferecem o curso de Serviço Social na modalidade presencial.

Passando à análise propriamente dita, esclarece-se que os dados coletados constam dos *sites* das IES, que são de domínio público, conforme já explicitado. Desse modo, fica entendido que são informações públicas, sem a necessidade de autorização prévia para captá-las.

No entanto, objetivando preservar as suas “identidades”, não serão expostos os nomes ou mesmo as siglas de tais Instituições.

Coletadas as informações, elegeram-se, enquanto categorias de análise, aquelas que são significativas para o aprofundamento da temática e capazes de proporcionar o alcance dos objetivos traçados para a realização desta pesquisa.

Afim de tornar claras as referidas categorias, passamos a apresentá-las.

#### **3.2.1 Desafios para os estudos da formação profissional em Serviço Social**

Após a aproximação teórica realizada e uma melhor compreensão do Serviço Social brasileiro e da categoria Famílias, busca-se identificar se há disciplinas, que tratem da temática, oferecidas nos cursos de Serviço Social em IES em atividade no Brasil, na modalidade presencial.

No entanto, essas disciplinas não estão disponíveis em todas as grades curriculares e, quando estão, em sua maioria, não são disciplinas específicas sobre Famílias, ou seja, acabam envolvendo e relacionando-se com outras categorias, em conjunto.

A aproximação do processo de formação da/o profissional assistente social possibilita compreender o que impacta no trabalho direto com esse público, dados os desafios e as complexidades com que se deparam no cotidiano profissional.

Podem ser apontados indicativos do quanto as/os profissionais do Serviço Social saem preparados, ou não, dos espaços acadêmicos, para desenvolverem atividades e acompanhamentos com as famílias atendidas nos espaços de trabalho, tendo em vista que tiveram formação e/ou capacitação sobre o tema em destaque.

Para tal, foram realizados acessos ao *site* do MEC, diretamente no espaço dedicado às informações relativas às IES e cursos de Graduação do Sistema Federal de Ensino.

Denominado de e-MEC, o espaço dispõe de dados e informações específicas para a realização dessa pesquisa, pois vai ao encontro da temática aqui discutida.

Posteriormente, foram realizadas visitas aos *sites* dessas IES, com o fim de acessar e analisar seus currículos, as grades curriculares e ementas dos cursos de Serviço Social, na modalidade presencial, conforme apresentado na Figura 3.

Ressalta-se que, mesmo apresentando problemas com a qualidade das informações, em boa parte incompletas, essa base permitiu compor um quadro bastante substantivo da produção acadêmica, no sentido do levantamento das informações e dados necessários.

Para a elaboração desta Dissertação, diferentemente da pesquisa inicial realizada pelos integrantes do NEP-FAM, tomou-se como base apenas os dados e as informações coletadas para os cursos de Serviço Social oferecidos na modalidade de ensino presencial, entre IES públicas ou privadas, em atividade, e reconhecidas pelo MEC.

No entanto, se faz importante e necessário expor os dados coletados nessa primeira pesquisa, em 2016, por integrantes do NEP-FAM. Ao mencionar tal pesquisa, realizada em 2016, é adequado mencionar os resultados, as ações e os eventos desencadeados posteriormente.

As primeiras discussões foram realizadas por integrantes, já mencionadas na introdução desta Dissertação, nas reuniões do NEP-FAM, ministradas pela professora Dra. Marta Silva Campos.

A ideia inicial e um dos objetivos para realizar tal pesquisa foi apresentar os resultados em uma Mesa de Debate, no XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado de 4 a 9 de dezembro de 2016, no Centro de Convenções de Ribeirão Preto/SP. Na ocasião, foi feita a inscrição para a mesa e submetidos quatro artigos.

Para esse evento, pelo fato de os trabalhos não terem sido aceitos, não foi possível realizar as apresentações ou tomar parte na composição da Mesa de Debate. Ressalta-se que isso ocorreu sem qualquer explicação plausível.

No entanto, mesmo sem uma devolutiva do “não aceite” para a efetivação da Mesa Debatedora no XV ENPESS, mantivemos a continuidade das discussões e análises dos dados coletados.

Assim, foi planejado um evento aberto ao público para apresentação dos resultados coletados e debate em uma mesa expositora. Para tal, foi feito o convite à professora Dra. Regina Célia Tamasso Miotto<sup>27</sup> para composição da mesa e palestra.

O evento aconteceu no dia 16 de novembro de 2016, na PUC-SP, organizado pelas/os integrantes do NEP-FAM e com a coordenação da professora Dra. Marta Campos, conforme Figura 5, que detalha o convite para divulgação do evento.

---

<sup>27</sup> Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1973); mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1989); doutorado em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (1994); e pós-doutorado na Universidade de Perugia/IT. Atualmente vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, integra o Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (Nisfaps). Concentra suas pesquisas no campo da política social. Particularmente na interação política social e família; política social e serviços sociais; política social, formação e práticas profissionais com ênfase na formação e no trabalho dos assistentes sociais. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9390684995004903>.

**FIGURA 5** - Convite para divulgação do evento organizado pelo NEP-FAM em 2016



Fonte: Elaborado de forma coletiva pelas/os integrantes do NEP-FAM (2016).

Ressalta-se, ainda, que alguns desses artigos também foram submetidos e aceitos para apresentação no II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, organizado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), realizado no primeiro semestre de 2017.

Dada a relevância dessa pesquisa, optou-se por dar continuidade à atualização da coleta de dados e discutir, em especial, as disciplinas específicas que abordam a temática Famílias, e como o conteúdo e conhecimento adquiridos nesse processo de formação contribuem para o desenvolvimento da prática cotidiana da/o profissional assistente social.

Ressalta-se que, para a elaboração desta Dissertação, diferentemente da pesquisa inicial realizada pelos integrantes do NEP-FAM, tomou-se como base apenas os dados e as informações coletadas para os cursos de Serviço Social reconhecidos pelo MEC e oferecidos na modalidade de ensino presencial, entre IES públicas ou privadas, em atividade.

No entanto, apresentam-se, no primeiro momento, os dados coletados em 2016.

Nesse levantamento, foi constatado que 536 IES, entre privadas e públicas, no território brasileiro, oferecem o curso de Serviço Social, nas modalidades presencial ou a distância.

Conforme a pesquisa do NEP-FAM (2016), descrevem-se os dados coletados das IES que oferecem alguma disciplina relacionada à temática Famílias na grade curricular, nos cursos de Serviço Social, em atividade no Brasil, em IES públicas ou privadas, nas modalidades presencial e EaD.

A Região Sul possuía um total de 106 IES, sendo que,

No Estado de Santa Catarina (SC) 28% das 25 Instituições possuem disciplina que aborda a temática família, já no Paraná (PR) 22,9% das 48 IES e no Rio Grande do Sul (RS), pouco mais de 67% dos 34 cursos oferecem disciplinas com esse tema (NEP-FAM, 2016).

Nos dados pertinentes à Região Centro-Oeste, constatou-se que das 74 IES, de toda a Região, apenas 28 oferecem no currículo do curso alguma disciplina que envolva a temática Famílias.

Os 16 cursos de Goiás (GO) são 37%, já no Mato Grosso (MT), das 21 IES, são 28% a oferecer a disciplina na grade. No Mato Grosso do Sul (MS) 44%, dentro das 18 IES e no Distrito Federal (DF) dos 19 cursos há uma representatividade de 37% (NEP-FAM, 2016).

Já no Nordeste, a pesquisa aponta que o número de cursos com tal disciplina é muito baixo, pois há um total de 232 IES. Como exemplos, foi exposto:

o Estado da Paraíba (PB) que apenas 28% das 20 IES oferecem em sua grade tal conteúdo. Outro Estado Nordestino é a Bahia (BA) que, dos 53 cursos, apenas 6% possuem em suas grades uma disciplina específica e que aborde temas sobre famílias. Já o Maranhão (MA) das 19 escolas de Serviço Social, o Piauí (PI) com 25, também o Pernambuco (PE), com 26 IES e o Ceará (CE) com 27 cursos, possuem uma média de apenas 4% dos cursos a oferecer a disciplina com a temática “famílias”. Já o Rio Grande do Norte (RN), das 23 faculdades, 7,70% oferecem a disciplina. Nos Estados do Sergipe (SE), com 19 escolas e Alagoas (AL) que possui 20 escolas de Serviço Social, há uma representação de 10% dos cursos que oferecem uma disciplina que trate sobre tal temática (NEP-FAM, 2016).

Em 2016, a pesquisa aponta que o levantamento realizado no Sudeste expõe que:

São Paulo (SP) é o Estado que mais oferece nas grades curriculares dos cursos de Serviço Social da região, alguma disciplina que discuta sobre famílias, sendo que das 97 Instituições de Educação Superior 28% delas possuem na grade alguma disciplina específica ao tema. Já o Espírito Santo (ES), possui apenas 8% do total de 20 IES. Já dos 65 cursos de Minas Gerais (MG), 24% possuem na grade a proposta de se discutir sobre famílias. No Rio de Janeiro (RJ), das 27 escolas de Serviço Social, sendo elas com ensino presencial ou à distância, apenas 13,5% oferecem disciplinas que discutam sobre famílias de forma específica (NEP-FAM, 2016).

Já no Norte do País, consta um total de 45 IES, sendo que apenas seis tratam a questão Famílias, mostrando ser a Região que menos oferece alguma disciplina que trate sobre o tema Famílias.

No Pará (PA), com 9 escolas e em Tocantins (TO), com 5 escolas, oferecem tal conteúdo de forma específica, sendo que no Pará 55% das escolas e no Tocantins são 40% que ofereciam a disciplina. Já nos Estados de Roraima (RR) que possui duas escolas, o Acre (AC) com 12 e o Amapá (AP) 2 e Amazonas (AM) onde existem 8 cursos, não tinha o oferecimento da disciplina referida. Ressaltando que, a quantidade de IES que comportam tanto a modalidade presencial, como a EAD.

Ao se debruçar sobre a literatura do Serviço Social brasileiro, mais especificamente no livro: *Serviço Social no Brasil - História de Resistências e de Ruptura com o Conservadorismo*, organizado pela professora Maria Liduína de Oliveira e Silva e publicado em 2016, nos deparamos com informações e dados muito relevantes e que se somam a esta Dissertação ao apresentar, logo no prefácio escrito pela professora Maria Carmelita Yazbek, informações de IES que ofertam o curso de Serviço Social no Brasil.

No âmbito da graduação em Serviço Social no Brasil tem-se os seguintes dados: Total de 429 instituições ativas no Brasil que oferecem o curso de Serviço Social. Das 429 instituições educacionais, 403 (93,24%) oferecem o curso presencial e 26 (6,06%) a distância. Os 403 cursos presenciais por região estão distribuídos: Norte 38 (9,42%); Nordeste, 120 (29,77%); Centro-Oeste, 29 (7,19%); Sudeste, 150 (37,22%); Sul, 66 (16,3%). E as 26

empresas de ensino a distância, por região, estão: Norte 1 (3,84%); Nordeste, 5 (19,23%); Centro-Oeste, 3 (11,53%); Sudeste, 12 (46,15%); Sul, 5 (19,23%). Dos 403 presenciais, 51 (12,6%) estão na esfera pública e 352 (87,3%) na privada. Os 51 cursos presenciais públicos estão distribuídos por região: Norte 5 (9,80%); Nordeste, 17 (33,33%); Centro-Oeste, 3 (5,88%); Sudeste, 14 (27,45%); Sul, 12 (23,52%). Os 352 cursos presenciais privados estão distribuídos por região: Norte 33 (9,37%); Nordeste, 103 (29,26%); Centro-Oeste, 26 (7,38%); Sudeste, 136 (38,63%); Sul, 54 (15,34%) (YAZBEK apud SILVA, 2016, p. 32).

E continua,

Nordeste e Sudeste concentram com 287 (66,89%) a formação em Serviço Social. 87,3% dos cursos presenciais estão nas Instituições de Ensino Superior privadas, não sem explicação, trata-se da tendência de aprofundamento da mercantilização e precarização da formação profissional (YAZBEK apud SILVA, 2016, p. 33).

Os dados descritos por Yazbek (apud SILVA, 2016), como na pesquisa do NEP-FAM, ambos datando de 2016, evidenciam a importância de ser realizada tal discussão na contemporaneidade, pois, além da relevância da temática, também é necessária a atualização dos dados e das informações que estão em constante alteração.

Tal necessidade torna-se mais clara nas análises dos dados atualizados, descritos nos próximos subitens desta Dissertação.

### 3.2.2 Cursos de Serviço Social no Brasil

Finalizadas a pesquisa e coleta de dados, constata-se que, atualmente, existem **508 Instituições de Educação Superior**, no total, entre públicas e privadas, que oferecem o curso de Serviço Social na modalidade de ensino presencial. Todos esses cursos estão em atividade e são reconhecidos pelo MEC.

Do levantamento geral, foram analisadas e especificadas as cinco regiões do Brasil, com cursos de Serviço Social, na modalidade presencial, em IES públicas, ou privadas, reconhecidas e em atividade, distribuídos como apresentado no Quadro 1.

**QUADRO 1** - Instituições de Educação Superior

| <b>Região</b> | <b>Instituições de Educação Superior</b> |
|---------------|------------------------------------------|
| Sul           | 62                                       |
| Sudeste       | 219                                      |
| Centro-Oeste  | 34                                       |
| Norte         | 42                                       |
| Nordeste      | 151                                      |
| <b>Total</b>  | <b>508</b>                               |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressalta-se que se trata do número total de IES, independentemente de oferecerem alguma disciplina relacionada com a temática Famílias ou não. Tal análise será realizada posteriormente, pois se trata de um dos principais objetivos deste estudo.

No âmbito da graduação em Serviço Social, no Brasil, tem-se 508 instituições ativas, que oferecem o curso de Serviço Social na modalidade presencial, conforme apontado no Quadro 1.

No entanto, há cursos de Serviço Social oferecidos na modalidade de EaD. Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, foi realizado o levantamento do número de IES no Brasil que oferecem o curso na modalidade referida.

Para fins de complementar e esclarecer, informa-se que, na contemporaneidade, existem 45 IES que oferecem o curso de Serviço Social na modalidade EaD<sup>28</sup>.

Sobre as grades curriculares desses cursos, foi percebido que se repetem e são oferecidas em diferentes Estados.

Os 508 cursos presenciais, de Serviço Social, estão divididos em duas esferas: pública e privada, conforme descrevem os Quadros 2 e 3 que expõem a quantidade de cursos por região.

<sup>28</sup> Mesmo não sendo o foco desta Dissertação, apresenta-se tal informação para, assim, enriquecer o debate e despertar futuros estudos sobre a temática.

**QUADRO 2** - Instituições de Educação Superior públicas

| <b>Região</b> | <b>Instituições de Educação Superior<br/>Públicas</b> |
|---------------|-------------------------------------------------------|
| Sul           | 15                                                    |
| Sudeste       | 25                                                    |
| Centro-Oeste  | 4                                                     |
| Norte         | 7                                                     |
| Nordeste      | 18                                                    |
| <b>Total</b>  | <b>69</b>                                             |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Constata-se, mediante a apresentação do Quadro 2, que há concentração de IES públicas na Região Sudeste do País e, dessas, 25 IES, onze estão em Minas Gerais (MG); sete no Rio de Janeiro (RJ); seis em São Paulo (SP) e apenas uma IES no Estado do Espírito Santo (ES).

**QUADRO 3** - Instituições de Educação Superior privadas

| <b>Região</b> | <b>Instituições de Educação Superior<br/>Privadas</b> |
|---------------|-------------------------------------------------------|
| Sul           | 47                                                    |
| Sudeste       | 194                                                   |
| Centro-Oeste  | 30                                                    |
| Norte         | 35                                                    |
| Nordeste      | 133                                                   |
| <b>Total</b>  | <b>439</b>                                            |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Há um número significativo de IES privadas, em relação às IES da esfera pública. A comparação entre os Quadros 2 e 3 demonstra que o ensino, hoje, toma o caráter de mercadoria.

Ressalta-se que esse cenário resulta na precarização do ensino superior, em especial, dos cursos de Serviço Social.

Apenas quatro Estados não possuem IES na esfera pública, sendo eles: Acre, Amapá e Rondônia, na Região Norte, e o Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste.

Os Estados que concentram mais IES na esfera pública são: Minas Gerais com onze e o Paraná, com dez.

A maior concentração de unidades privadas está nas Regiões Nordeste e Sudeste, totalizando 327 IES privadas, do total de 439 IES em todo o Brasil. São Paulo é o Estado com a maior quantidade de Instituições privadas: 97 unidades.

O Quadro 4, a seguir, apresenta a divisão das IES entre Públicas e Privadas, por Estado, e complementa as informações anteriores.

**QUADRO 4** - Instituições de Educação Superior públicas e privadas, por estado

| Estado             | Instituições de Educação Superior Públicas | Instituições de Educação Superior Privadas |
|--------------------|--------------------------------------------|--------------------------------------------|
| Acre               | 0                                          | 3                                          |
| Alagoas            | 2                                          | 8                                          |
| Amazonas           | 2                                          | 10                                         |
| Amapá              | 0                                          | 1                                          |
| Bahia              | 2                                          | 34                                         |
| Ceará              | 2                                          | 21                                         |
| Distrito Federal   | 2                                          | 7                                          |
| Espírito Santo     | 1                                          | 11                                         |
| Goiás              | 1                                          | 8                                          |
| Maranhão           | 1                                          | 12                                         |
| Mato Grosso        | 1                                          | 8                                          |
| Mato Grosso do Sul | 0                                          | 7                                          |
| Minas Gerais       | 11                                         | 47                                         |
| Pará               | 2                                          | 11                                         |
| Paraíba            | 3                                          | 7                                          |
| Pernambuco         | 4                                          | 16                                         |
| Piauí              | 1                                          | 16                                         |

|                     |           |            |
|---------------------|-----------|------------|
| Paraná              | 10        | 21         |
| Rio de Janeiro      | 7         | 39         |
| Rio Grande do Norte | 2         | 10         |
| Rio Grande do Sul   | 3         | 17         |
| Rondônia            | 0         | 6          |
| Roraima             | 1         | 1          |
| Santa Catarina      | 2         | 9          |
| São Paulo           | 6         | 97         |
| Sergipe             | 1         | 9          |
| Tocantins           | 2         | 3          |
| <b>Total</b>        | <b>69</b> | <b>439</b> |

Fonte: Elaborado pelo autor.

No levantamento de dados quantitativos e informações das IES coletadas na pesquisa realizada nos *sites* do MEC e nos específicos de cada IES que oferecem o curso de Serviço Social, das 508 IES, apenas 33 não dispuseram da descrição do endereço do próprio *site* no Portal do MEC e, ainda, mais onze IES estavam com seus sites inoperantes, totalizando 44 IES que não puderam ser consultadas durante a realização desta pesquisa.

Desse modo, este estudo abrangeu um total de 464 IES, acessadas por meio de seus *sites*, sendo elas públicas ou privadas e na modalidade presencial.

O Quadro 5 contém a descrição das IES com *sites* em funcionamento, por região.

**QUADRO 5** - Instituições de Educação Superior consultadas

| <b>Região</b> | <b>Instituições de Educação Superior Consultadas e com os <i>Sites</i> Ativos</b> |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Sul           | 60                                                                                |
| Sudeste       | 206                                                                               |

|              |            |
|--------------|------------|
| Centro-Oeste | 30         |
| Norte        | 35         |
| Nordeste     | 133        |
| <b>Total</b> | <b>464</b> |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a análise dos dados da pesquisa, com foco em encontrar uma disciplina específica relacionada com a temática Famílias, nas grades curriculares dos cursos de Serviço Social, foram utilizadas as informações contidas nos *sites* das 464 IES consultadas.

Como já descrito, um dos fatores que poderia dificultar o processo de realização desta pesquisa, era a falta de dados nos *sites* das IES. Como exemplo, cita-se a falta de informações sobre os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Apenas 47 IES dispuseram seus PPCs nos sites para consulta do público, como se verifica no Quadro 6, que descreve por região as IES que disponibilizaram acesso ao documento.

**QUADRO 6** - Instituições de Educação Superior com o PPC no *site*

| <b>Região</b> | <b>Instituições de Educação Superior com os PPCs no <i>Site</i></b> |
|---------------|---------------------------------------------------------------------|
| Sul           | 8                                                                   |
| Sudeste       | 12                                                                  |
| Centro-Oeste  | 10                                                                  |
| Norte         | 5                                                                   |
| Nordeste      | 12                                                                  |
| <b>Total</b>  | <b>47</b>                                                           |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressalta-se que o não acesso a tal informação gerou dificuldade na maior aproximação a importantes detalhes para esta pesquisa.

Tal como o acesso às ementas das disciplinas e informações das referências bibliográficas utilizadas quando ofertada alguma disciplina relacionada com a temática Famílias, como se observa no próximo subitem deste capítulo, em especial nos Quadros 8 e 9, que contêm as nomenclaturas das disciplinas; ementas com propostas de conteúdos e objetivos das disciplinas; e ainda as referências bibliográficas identificadas durante a coleta de dados e informações.

Já sobre as IES que oferecem alguma disciplina relacionada com a temática Famílias, após consultar os 464 *sites*, constatou-se que 173 IES oferecem alguma disciplina e 291 IES não possuem disciplinas que mantenham alguma relação com a temática discutida nesta Dissertação.

O Quadro 7 contém o número de IES com disciplinas sobre Famílias, por região.

**QUADRO 7** - Instituições de Educação Superior que oferecem disciplinas sobre famílias

| <b>Região</b> | <b>Instituições de Educação Superior com Disciplinas sobre Famílias</b> |
|---------------|-------------------------------------------------------------------------|
| Sul           | 21                                                                      |
| Sudeste       | 63                                                                      |
| Centro-Oeste  | 12                                                                      |
| Norte         | 19                                                                      |
| Nordeste      | 58                                                                      |
| <b>Total</b>  | <b>173</b>                                                              |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para melhor compreensão das informações do Quadro 7, foi desenvolvido o Quadro 8, com a proposta de apresentar, por Estado, as 173 IES que oferecem alguma disciplina relacionada com a temática Famílias.

Com a proposta de realizar uma comparação, também é apresentada no Quadro 8 uma coluna que descreve a quantidade de IES, por Estado, que oferecem alguma disciplina com a temática Famílias e outra coluna com os Estados que não possuem disciplina específica ou relacionada com o tema.

**QUADRO 8** - Instituições de Educação Superior que oferecem, ou não, disciplinas sobre famílias, por estado

| <b>Estado</b>       | <b>Instituições de Educação Superior<br/>com Disciplinas sobre Famílias</b> | <b>Instituições de Educação Superior<br/>sem Disciplinas sobre Famílias</b> |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| Acre                | 0                                                                           | 3                                                                           |
| Alagoas             | 1                                                                           | 7                                                                           |
| Amazonas            | 5                                                                           | 7                                                                           |
| Amapá               | 1                                                                           | 0                                                                           |
| Bahia               | 16                                                                          | 16                                                                          |
| Ceará               | 12                                                                          | 8                                                                           |
| Distrito Federal    | 8                                                                           | 1                                                                           |
| Espírito Santo      | 4                                                                           | 5                                                                           |
| Goiás               | 1                                                                           | 5                                                                           |
| Maranhão            | 1                                                                           | 8                                                                           |
| Mato Grosso         | 1                                                                           | 5                                                                           |
| Mato Grosso do Sul  | 2                                                                           | 3                                                                           |
| Minas Gerais        | 15                                                                          | 37                                                                          |
| Pará                | 9                                                                           | 4                                                                           |
| Paraíba             | 5                                                                           | 4                                                                           |
| Pernambuco          | 8                                                                           | 9                                                                           |
| Piauí               | 7                                                                           | 7                                                                           |
| Paraná              | 8                                                                           | 22                                                                          |
| Rio de Janeiro      | 16                                                                          | 29                                                                          |
| Rio Grande do Norte | 4                                                                           | 8                                                                           |
| Rio Grande do Sul   | 10                                                                          | 9                                                                           |
| Rondônia            | 2                                                                           | 4                                                                           |
| Roraima             | 0                                                                           | 2                                                                           |
| Santa Catarina      | 3                                                                           | 8                                                                           |
| São Paulo           | 28                                                                          | 72                                                                          |

|              |            |            |
|--------------|------------|------------|
| Sergipe      | 4          | 5          |
| Tocantins    | 2          | 3          |
| <b>Total</b> | <b>173</b> | <b>291</b> |

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.2.3 Nome das disciplinas, conteúdos e carga horária

Outro levantamento de interesse, realizado na pesquisa, refere-se à nomenclatura das disciplinas oferecidas nos cursos de Serviço Social dessas IES (tanto privadas quanto públicas), de todo o Brasil, na modalidade presencial.

Essa análise tornou perceptíveis, também, os conteúdos que as/os estudantes de Serviço Social têm acesso no seu processo de graduação para que, de certo modo, se preparem para a prática profissional e o enfrentamento dos diversos desafios cotidianos, em especial, o atendimento e acompanhamento direto das Famílias.

No Quadro 9, são expostos alguns títulos de disciplinas de diversas IES (sem especificá-las) espalhadas pelas cinco Regiões do Brasil.

**QUADRO 9** - Nome das disciplinas oferecidas nas Instituições de Educação Superior

| <b>Nome das Disciplinas</b>                                                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Políticas Sociais - Família, Criança, Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência |
| Família e Sociedade                                                               |
| Família e Geração                                                                 |
| Serviço Social e Trabalho com Famílias                                            |
| Serviço Social: Família e Segmentos Vulneráveis                                   |
| Família, Infância e Adolescência                                                  |
| Organização Social, Família e Classe no Brasil                                    |
| Serviço Social: Famílias e Políticas Públicas                                     |
| Gerontologia e Família                                                            |

|                                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------|
| Serviço Social e Política de Atenção à Família                          |
| Famílias na Contemporaneidade                                           |
| Metodologias de Abordagem com Famílias                                  |
| Seminário Temático de Família                                           |
| Trabalho Social com Famílias                                            |
| Serviço Social, Família e Gerações                                      |
| Serviço Social e Política de Assistência Social e Família               |
| Gestão do Sistema Único da Assistência Social e o Trabalho com Famílias |
| Família Contemporânea e Divisão Sexual do Trabalho                      |
| Família e Subjetividade e Sociedade                                     |
| Família, Estado e Sociedade                                             |
| Família, Questão de Gênero                                              |
| Direito Civil - Família                                                 |
| Proteção Integral: Família, Criança e Adolescente                       |
| Família: Relações Familiares e Contextos Sociais                        |
| Família, Gênero e Serviço Social                                        |
| Gênero, Etnia e Família                                                 |
| Dinâmica Familiar em uma Abordagem Sistêmica                            |
| Atenção à Família                                                       |
| Estudos Temáticos: Famílias                                             |
| Família Contemporânea e Serviço Social                                  |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os títulos das disciplinas ofertadas nos cursos de Serviço Social brasileiro permitem perceber a diversidade das discussões realizadas sobre a temática Famílias e que são poucas as disciplinas ofertadas de forma direta e específica em tal temática.

Geralmente, está relacionada a alguma outra temática, como, por exemplo: Políticas Sociais - Família, Criança, Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência; ou “Organização Social, Família e Classe no Brasil.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, expressam as seguintes informações, no que se refere ao tempo mínimo de curso e também da carga horária mínima que deve ser oferecida nos cursos de Serviço Social, no Brasil, (valendo para as modalidades presencial e EaD):

- a) Garantir carga horária mínima de 2.700 horas, com duração média do curso de 4 anos, conforme Parecer 462/82 do CFE/MEC;
- b) O tempo mínimo de duração do curso é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo em cada IES.

Durante a pesquisa, foi identificado que todas as IES oferecem o curso de Serviço Social na modalidade presencial, dentro das exigências expostas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Contata-se que a maior parte dos cursos, ou seja, 474 (públicos ou privados), são ofertados com oito semestres de duração e média geral de 3 horas de carga horária<sup>29</sup>.

#### **3.2.4 Principais referências utilizadas no processo de formação**

Outro importante ponto na construção do conhecimento sobre o tema Famílias, no processo de formação dos profissionais do Serviço Social e que foi percebido na pesquisa, trata-se das Referências Bibliográficas utilizadas nas disciplinas identificadas e expostas no Quadro 10, constantes nas ementas e grades curriculares dos cursos de Serviço Social oferecidos em todo o Brasil.

Em uma breve análise, fica perceptível uma padronização e utilização de praticamente as mesmas Referências Bibliográficas.

A identidade, ou a padronização, de títulos das disciplinas sobre Famílias, o conteúdo das grades curriculares e as referências bibliográficas observadas na pesquisa expõem que a distinção é identificada quando da análise das IES e o reconhecimento da existência de alguns grupos educacionais que estão presentes em vários Estados do território nacional.

---

<sup>29</sup> Essas informações constam no Portal e-MEC, por isso, obtê-las não dependeu do acesso aos sites das IES.

O Quadro 10 evidencia algumas ocorrências que mais se repetiram no levantamento das ementas curriculares.

**QUADRO 10** - Descrição das referências bibliográficas

| Referências Bibliográficas                                                                                                                                                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. (Orgs.). <b>Família: Redes, Laços, E Políticas Públicas</b> . São Paulo: IEE/PUC; São Paulo: Cepam/Cenpec, 2003.              |
| ARIÈS, Philippe. <b>História da vida privada</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1991.                                                                                     |
| ARIÈS, Phillipe. <b>A história social da criança e da família</b> . Rio de Janeiro: LTC, 1996.                                                                                |
| BILAC, Elisabete Dória. <b>Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência</b> . São Paulo: Símbolo, 1978.                                                            |
| CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). <b>A família contemporânea em debate</b> . São Paulo: Cortez, 2000.                                                                 |
| CENCI, Claudia M. B.; PIVA, Maristela; FERREIRA, Vinicius R. T. (Org.). <b>Relações familiares: uma reflexão contemporânea</b> . Passo Fundo: UPF, 2002.                      |
| COSTA, Elisa Maria Amorim. <b>Saúde da família: Uma abordagem interdisciplinar</b> . Rio de Janeiro: Rubio, 2004.                                                             |
| ENGELS, Friedrich. <b>A origem da família, da propriedade privada e do estado: texto integral</b> . 3. ed. São Paulo: Escala, 2006.                                           |
| FONSECA, Ana M. da. <b>Família e política de renda mínima</b> . São Paulo: Cortez, 2001.                                                                                      |
| KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). <b>Família brasileira: a base de tudo</b> . 7a. ed., São Paulo: Cortez, 2005.                                                               |
| MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. <b>Trabalhando com famílias pobres</b> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.                                                         |
| SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. <b>Política social, família e juventude</b> . São Paulo: Cortez, 2010.                                                             |
| SARTI, Cyntia Andersen. <b>A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres</b> . 2. ed., São Paulo: Cortez, 2003.                                                  |
| VENANCIO, Renato Pinto. <b>Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séc. XVIII e XIX</b> . Campinas: Papirus, 1999. |
| WINNICOTT, D. <b>A família e o desenvolvimento individual</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1997.                                                                              |

Fonte: Elaborado pelo autor.

O levantamento realizado mostrou que as disciplinas sobre Famílias ainda têm pouca expressão nas matrizes curriculares e estão, por vezes, inseridas nas grades curriculares como disciplinas optativas e configuradas como parte das políticas sociais (família, criança, idoso) ou, ainda, na realidade histórica do Brasil.

As literaturas adotadas são diversificadas, de várias áreas do conhecimento e de diferentes abordagens. São reconhecidos títulos que abordam aspectos históricos da origem da família, como: *A História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels. Também há títulos com abordagens do ponto de vista da Psicologia nas grades de alguns cursos de Serviço Social, como *A Família e o Desenvolvimento Individual*, de Donald Winnicott. Outros relacionados a direitos sociais e às políticas públicas também constam nas grades curriculares, como *Política Social, Família e Juventude*, de Maria Cristina Leal; Mione Sales; Maurílio Matos e *a Saúde da Família: Uma Abordagem Interdisciplinar*, de Elisa Costa.

Títulos recorrentes no Serviço Social também são identificados, como *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*, cujas organizadoras são Ana Rojas Acosta e Maria Amália Faller Vitale; *A Família Contemporânea em Debate*, organizado por Maria do Carmo Brant Carvalho; e *Família Brasileira: A Base de Tudo*, de Silvio Manoug Kaloustian.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando aqui em consideração a apresentação dos dados e a elaboração da análise do tema escolhido para nossa pesquisa - base deste Mestrado - visamos concluir a presente Dissertação, intitulada: **“Trabalho Social com Famílias: uma demanda para a formação profissional em Serviço Social”**.

Ela teve como premissa a discussão sobre o processo de formação profissional da/o assistente social no curso de Serviço Social, especialmente quanto às disciplinas específicas que abordam a temática “Famílias”, dentro do currículo adotado.

Observamos especialmente este último, quanto ao conteúdo de conhecimentos, adquiridos, nesse processo de formação, que contribuem para o desenvolvimento da prática cotidiana da/o profissional assistente social.

É correto expor que, no tocante à direção da ação profissional da/o assistente social, há exigências – como as de que ela seja pensada e planejada, colocando em prática todo o conhecimento adquirido, em especial o que foi construído no período da sua Graduação.

Ficou evidente, neste estudo, que nos cursos de Serviço Social de todo o território brasileiro, ainda é baixo o número de disciplinas que discuta claramente esses eixos.

Compreendemos que este baixo número de disciplinas ofertadas nos cursos de Serviço Social seja algo contraditório, pois na prática profissional, a/o assistente social tem grande proximidade, na verdade, é certo dizer que toda a sua atuação acaba sendo direcionada ao atendimento e acompanhamento junto às famílias.

Salienta-se que esta Dissertação incorporou alguns aspectos que foram, de início, analisados, numa pesquisa realizada no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Família (NEPFAM), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP.

Para a elaboração da pesquisa - como exigência - tomou-se como base os dados e informações coletados para os cursos de Serviço Social: oferecidos na

modalidade de ensino presencial; entre Instituições de Educação Superior; natureza pública, ou privada; reconhecidos pelo MEC; em atividade no momento.

Foi constatado, após consulta ao site do e-MEC que, na atualidade, existem 508 Instituições de Educação Superior, entre essas IES públicas e privadas, no total, que oferecem o curso de Serviço Social, na modalidade de ensino presencial, distribuídas nas 5 (cinco) regiões do Brasil.

Esta pesquisa não se limitou apenas ao espaço acadêmico, mas também, e principalmente, após as análises de dados, procurou problematizar o fato das/os profissionais, já no seu espaço cotidiano, como assistentes sociais, colocarem na prática o conteúdo e conhecimento adquirido durante o processo de formação acadêmica, em especial das disciplinas que abordem em suas ementas, temas relacionados à questão das “Famílias”.

Quando não possuem tal disciplina no seu processo de formação, geram então uma defasagem tanto em sua atuação como no contato direto com as/os usuárias/os.

Nesta direção, confirma-se a hipótese elencada para tal pesquisa, a qual visava identificar disciplinas que tratem da temática “Famílias”, de acordo com especificidades já mencionadas aqui neste texto.

Ressalte-se que essas disciplinas não estão disponíveis em todas as grades curriculares, e quando estão, em sua maioria, não são específicas. Isto impacta no trabalho direto das/os assistentes sociais em contato com as Famílias, dados os desafios e complexidades com que se deparam no cotidiano profissional.

Desta observação emergiram ponderações sobre alguns dilemas centrados em dificuldades teóricas e práticas que geralmente surgem em torno dos desafios derivados das interpretações teóricas da realidade. Estes são protagonizados, na maioria das vezes, pelas/os profissionais que vivenciam a realidade da prática profissional no cotidiano, resultando em práticas hoje designadas como conservadoras.

Assim podemos concluir que, para que haja uma prática fundamentada da teoria, ou seja, no conhecimento científico sobre esse tema, há a necessidade de que se tenha um número maior de disciplinas ofertadas nos cursos referidos. Dessa perspectiva implica que, ao se reconhecer as famílias como apresentadoras de

diversas demandas e diversos modelos, ter-se-á uma intervenção profissional com o devido embasamento teórico.

Com isso, pode-se dizer que o compromisso ético com a transformação social e a garantia de direitos seja incorporado ao trabalho.

Isto se dará a partir da perspectiva da integralidade das ações articuladas em diferentes níveis pelas/os profissionais, permitindo a superação de diversos desafios encontrados no cotidiano dessa prática.

Foi possível trazer a questão dos estudos do Serviço Social, resgatar para os tempos atuais. É fundamental que a/o assistente social tenha clareza dos fatos e das finalidades, edificados com os princípios éticos construídos pela coletividade da profissão a partir do seu projeto ético-político.

Esta pesquisa teve por objetivo geral contextualizar e analisar o processo formativo das/os assistentes sociais no período da Graduação e identificar se há disciplinas específicas destinadas à temática “Famílias”. A partir do embasamento teórico e da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível comprovar que, de fato, há uma limitação na oferta de disciplinas que tratem da temática em questão. Também ficou clara a relação entre Serviço Social e a centralidade da família na prática profissional.

Quanto aos objetivos específicos, podemos afirmar que: foram identificadas as disciplinas relacionadas à temática “Famílias”, nas grades curriculares dos cursos de serviço social, bem como a compreensão da importância dos estudos de Famílias nos espaços de formação das/os assistentes sociais.

A partir das análises realizadas, conclui-se que este estudo tem grande relevância, uma vez que subsidiará as/os profissionais do Serviço Social em seus espaços de trabalho e cotidiano profissional frente aos desafios apresentados no trabalho direto com a população.

Indica-se, portanto, importância desta disciplina em geral ofertada no processo de formação acadêmica.

Ressalta-se que há perspectivas quanto à continuidade desta pesquisa, dados os dados vislumbrados para sua extensão.

Esta Dissertação pode assim, consistir-se em um ensaio - base para novas e futuras discussões acerca do tema desenvolvido, visando fortalecer a construção do saber, numa área relativamente pouco estudada.

Este saber ainda é insuficiente na área profissional, que supõe o necessário desenvolvimento de várias disciplinas acadêmicas, dada a presença atual de exigências e conhecimentos, especialmente sobre a situação atual da família e em relação às práticas profissionais junto a ela.

Em verdade, é importante que, em sua grande maioria, as/os assistentes sociais possam sair dos espaços acadêmicos com uma consistente base teórica para um melhor atendimento profissional junto às Famílias.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro/RJ. 1996. Disponível em: <[www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: out.2017.

ARIÈS, P. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro/RJ, 1996.

ATAÍDE, M. A. **Das múltiplas perdas sociais e familiares ao cometimento do ato infracional**: a privação da liberdade e o árduo cotidiano na fundação CASA. 289 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_; TERRA, S. H. **Código de ética do/a assistente social – comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa MEC n. 40, de 12 de dezembro de 2007. (2007. Disponível em: <[www.download.inep.gov.br/download/condicoes\\_ensino/2007/Portaria\\_n40.pdf](http://www.download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2007/Portaria_n40.pdf)>. Acesso em: out. 2017.

CAMPOS, M. S. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: MIOTO, R. C. T., CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo**: direitos e cidadania – contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015, p. 21-43.

CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**: texto integral. 3. ed., São Paulo: Escala, 2006.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, E. N. **Bibliometria**: teoria e prática. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1986.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 16. ed., São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS.ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21. ed. São Paulo: Cortez, [Lima, Peru]: Celats, 2007.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa**: elementos conceituais e teórico-metodológicos. ENCONTRO DE PESQUISADORES DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Campos dos Goytacazes, n. 1, p. 8-15, out. 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Vozes, 2001

\_\_\_\_\_.; MINAYO-GÓMEZ, C. Dífíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M.H.A. (Org.). **O clássico e o novo**: Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MIOTO, R. C.T. **Família, trabalho com famílias e serviço social**. Serviço Social em Revista. Universidade Estadual de Londrina (UEL). s/d. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>>. Acesso em: 1º maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação - 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 84, ano XXVI, nov. 2005, p. 5-20.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2. ed., Campinas: Papirus, 1997.

PEREIRA, J. D. **Juventude e serviço social**: algumas reflexões para a prática profissional na contemporaneidade. IX SEMANA DE PESQUISA DO CCSA, Resumo, 2003.

PEREIRA, L. D. Educação superior e serviço social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 96, pp. 151-173, nov. 2008, São Paulo: Cortez.

SARTI, C. A. Família e jovens: no horizonte das ações. **Revista Brasileira de Educação**, n. 11, Anped. 1999.

\_\_\_\_\_. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, M. V. Ética profissional: por uma ampliação conceitual e política. In: BONETTI, D. A. (Org.). **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2009.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 95, 2008.

\_\_\_\_\_. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS. **Serviço social** - direitos e competências profissionais. Brasília: Cfess-Abeps, 2009.

# ANEXOS

## ANEXO A

## PLANILHA PARA REGISTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS IES

[illegible]

Obs.: Preenchimento apenas para ilustração.

## ANEXO B

## DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**ABEPSS**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

---

**ABEPSS*****DIRETRIZES GERAIS PARA O  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL***

(Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral  
Extraordinária de 8 de novembro de 1996.)

Rio de Janeiro  
Novembro de 1996

## SUMÁRIO

### Apresentação

|                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1- Pressupostos da Formação Profissional .....                                          | 5  |
| 2 - Princípios e Diretrizes Curriculares da Formação Profissional .....                 | 6  |
| 2.1.Princípios .....                                                                    | 6  |
| 2.2.Diretrizes Curriculares.....                                                        | 7  |
| 3 - Nova Lógica Curricular .....                                                        | 8  |
| 3. Núcleos de Fundamentação .....                                                       | 10 |
| 3.1.1 - Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social .....               | 10 |
| 3.1.2 - Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira ..... | 11 |
| 3.1.3 - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.....                             | 12 |
| 3.2 - Matérias Básicas.....                                                             | 15 |
| 3.3 - Atividades indispensáveis Integradoras do Currículo.....                          | 19 |
| 4 - Observações e recomendações.....                                                    | 20 |
| 5 - Referências Bibliográficas.....                                                     | 21 |

## APRESENTAÇÃO

O presente documento contém a **Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**, produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, ocorrida em Londrina - PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82) .

Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade, a **ABESS** promoveu e coordenou com o **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL** - **CEDEPSS**, órgão acadêmico que articula a Pós-Graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no país. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da Entidade Nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do **CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social, bem como, dos estudantes, através da **ENESSO** - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco ) oficinas regionais e duas nacionais.

Numa primeira etapa procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Com base neste diagnóstico<sup>1</sup> foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a Proposta Básica para o Projeto de **Formação Profissional**, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular.

A continuidade deste trabalho coletivo, em 1996, através da realização das oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado **“Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate”**.

<sup>1</sup> Cf. ABESS/CEDEPSS/ENESSO - Relatório Síntese dos Impasses e Tensões da Formação Profissional. Sistematização dos relatórios das oficinas regionais. Recife, Maio, 1995.

Na etapa final do processo de revisão curricular as proposições do conjunto das Unidades de Ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a Diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a presente Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social.

Esta Proposta foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembléia Geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996.

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB ( Lei 9394 ) tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei. Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados.

A ABESS atenta à necessidade do estabelecimento desses padrões de qualificação do ensino e de sua universalização, enquanto entidade nacional representativa das IES no âmbito do Serviço Social, encaminha a presente proposta para apreciação do Conselho Nacional de Educação.

## **1- PRESSUPOSTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. Por esta razão, é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos 90, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir.

Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais.

O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial.

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, que informa a presente revisão curricular são os seguintes:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

- 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

## **2 - PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Este conjunto de diretrizes que estabelecem uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu **Currículo Pleno**. Aquela base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da ABESS.

### **2.1- Princípios:**

São princípios que fundamentam a formação profissional :

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;

6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

## **2.2. - Diretrizes Curriculares:**

Estes princípios definem as *diretrizes curriculares* da formação profissional, que implicam **capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa** para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

### 3. NOVA LÓGICA CURRICULAR:

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional.

A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas.

Esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social.

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social.

Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em **NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO** constitutivos da Formação Profissional. São eles:

*1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;*

*2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira .*

*3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.*

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades.

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através

do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão.

Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções.

Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Esta é a grande moldura da configuração geral das diretrizes gerais aqui expressas.

Em decorrência desta consideração, ressalta-se a exigência de não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os Núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social.

### 3.1 - NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO

#### 3.1.1 - *Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social:*

Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como praxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação.

O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica *a priori* ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.

### **3.1.2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira:**

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano - industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. Para tanto devem ser objeto de análise:

- Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho”.

- A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem.

- O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas.

- Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas.

Estes conteúdos implicam em uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social. Nesse sentido, indica-se:

- Análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças - em suas dimensões econômicas, políticas e culturais.
- Conhecimento, em profundidade do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar.

### **3.1.3. - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional:**

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e *sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: *o objeto ou matéria prima* sobre a qual incide a ação transformadora; *os meios de trabalho* - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a *atividade do sujeito* direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o *produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996).

Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto

as determinações sócio-históricas de sua inserção na sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes.

Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como *solo* a *história da sociedade*, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social.

É o resgate dessa conjunção - rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária - que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão

O reconhecimento do caráter interventivo do assistente social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho.

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. Estas formas de pensar implicam formas de agir, ou seja, a instrumentalidade da profissão (GUERRA, 1995), reconhecendo seus aspectos tradicionalmente consolidados, mas também buscando novas formas de ação profissional. Tal fundamentação e instrumentalidade são os componentes que permitem a compreensão do cotidiano de vida dos usuários.

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais

mediações exigem não só a postura investigativa mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais.

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção.

Imbricada ao desvelamento destas questões, situa-se a dimensão técnico-operacional, como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos.

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões.

### 3.2 - MATÉRIAS BÁSICAS

As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

- disciplinas: constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária pré-fixada.
- seminários temáticos: momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando detalhamento de abordagens voltadas para a problematização e o estímulo da criatividade.
- oficinas/laboratórios: espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.
- atividades complementares: constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho . As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade.

Como matérias básicas são propostas as seguintes :

**Sociologia:** A emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social; a configuração da sociologia como campo científico; as matrizes clássicas do pensamento sociológico e o debate contemporâneo.

**Ciência Política:** A constituição da ciência política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. Teoria Política Clássica.

As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado Brasileiro. O debate contemporâneo e as questões da democracia, cidadania, soberania, autocracia e socialismo. A relação entre o público e o privado.

**Economia Política:** A constituição da economia política como campo científico. O Liberalismo, o Keynesianismo, o Neoliberalismo e a Crítica Marxista da Economia Política. Os projetos societários gestados nos modos de organização das relações econômico-políticas de produção e reprodução. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional.

**Filosofia:** Os fundamentos ontológicos do ser social. A dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões no mundo do trabalho. Correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social.

**Psicologia:** A constituição da psicologia como campo científico. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.

**Antropologia:** A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

**Formação sócio-histórica do Brasil:** A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo.

**Direito:** A construção das instituições de direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. A Constituição Federal e suas interfaces com o Serviço Social. O direito internacional e suas implicações nas relações políticas de trabalho e de seguridade social.

**Política Social:** As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho.

**Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais :** A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários.

**Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social:**

Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos.

**Processo de Trabalho do Serviço Social:** O trabalho como elemento fundente do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face as mudanças no padrão de acumulação capitalista

e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o Estágio.

**Administração e Planejamento em Serviço Social:** As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de Administração e Planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

**Pesquisa em Serviço Social:** Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional.

**Ética Profissional:** Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.

### 3.3 - ATIVIDADES INDISPENSÁVEIS INTEGRADORAS DO CURRÍCULO

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos ao longo da estrutura curricular e a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares.

- ♦ **Estágio Supervisionado:** É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 ( Lei de Regulamentação da Profissão ) e o Código de Ética do Profissional ( 1993 ). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.
  
- ♦ **Trabalho de Conclusão de Curso:** é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora.

#### **4 - OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**

- a)** Garantir carga horária mínima de 2.700 horas com duração média do curso de 4 anos, conforme Parecer nº 462/82 do CFE/MEC;
- b)** O tempo mínimo de duração do curso é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo em cada IES;
- c)** Na configuração dos currículos plenos dos cursos, as instituições poderão indicar mecanismo de aproveitamento ou reconhecimento de estudos realizados em cursos sequenciais, cursos de graduação e/ou pós-graduação já realizados pelo aluno;
- d)** Garantir maior carga horária nas disciplinas de Serviço Social;
- e)** Cursos diurno e noturno com o mesmo padrão de qualidade;
- f)** Na definição dos currículos plenos deve se destinar parte da carga horária total para atividades complementares podendo incluir monitoria, iniciação científica, pesquisa, extensão, seminários e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso;
- g)** O estágio supervisionado constitui-se como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional tendo como carga horária mínima 15% da carga horária mínima do curso ( 2700 horas );
- h)** As diretrizes curriculares constantes deste documento deverão ser implantadas imediatamente após a sua aprovação pelo MEC. O prazo para a conclusão da implantação deve ser de dois anos.

## 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABESS/CEDEPSS. **Relatório Síntese dos Impasses e Tensões da Formação Profissional: sistematização dos relatórios das oficinas regionais**. Recife, Maio, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional**. Recife : ABESS/CEDEPSS, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional - Novos subsídios para o debate**. Rio de Janeiro : ABESS/CEDEPSS, 1996.
- ABESS/NORTE. **Relatórios das oficinas locais (UFMA, UFPI, FUA, UNAMA)**. Belém : ABESS/NORTE, 1996.
- ABESS/NORTE. **Propostas da ABESS-Norte para o Novo Projeto de Formação Profissional do Assistente Social**. Belém : ABESS/NORTE, 1996.
- ABESS/NORDESTE. **Indicações de Matérias para Estruturação da Proposta de Currículo Mínimo**. Mossoró : ABESS/NORDESTE, 1996.
- ABESS/LESTE. **Proposta de Currículo Mínimo para Discussão na Segunda Oficina Nacional de Formação Profissional**. Juiz de Fora : ABESS/LESTE, 1996.
- ABESS/CENTRO-OESTE. **Relatório das Recomendações das Unidades de Ensino da Região**. Cuiabá : ABESS/CENTRO-OESTE, 1996.
- ABESS/SUL I. **Relatório da V Oficina Regional**. Florianópolis : ABESS/SUL I, 1996.
- ABESS/SUL II. **Relatório da Segunda Oficina Regional de Revisão Curricular**. São Paulo : ABESS/SUL II, 1996.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 52. São Paulo : Cortez, 1996.

- \_\_\_\_\_. **Cultura e Universidade no Brasil nos anos sessenta.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na UFF, Niterói: UFF, agosto de 1996. (mimeo)
- ALVES, Maria Helena M. **Estado e Oposição no Brasil - 1964/1984.** Petrópolis, Vozes, 1989.
- ANDES. **Caderno de Textos do XV Congresso.** Santa Maria/RS, 1996.
- BARBALET, J. M. **A Cidadania.** Lisboa, Estampa, 1989.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social e Capitalismo Contemporâneo: Um Balanço Crítico-Bibliográfico.** Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social /UFRJ, mimeo, 1993.
- BOYER, R. **A Teoria da Regulação.** São Paulo, Nobel, 1990.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e Capital: uma análise da política econômica.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A Hora do Mercado: crítica do liberalismo.** São Paulo, UNESP, 1991.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O Estágio Supervisionado.** São Paulo. Cortez, 1995.
- CARDOSO, Adalberto M. **O Pragmatismo Impossível.** Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, nº 32. Março, 1992.
- CARDOSO, Franci Gomes et alli. **Direção Social da Formação Profissional e a Crise da Contemporaneidade.** . São Luis - MA , Curso de Serviço Social / UFMA, 1994.(mineo)
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. **Reestruturação Industrial e Políticas Empresariais no Brasil dos anos 80.** Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, Janeiro de 1996. (mimeo)
- CARTAXO, Ana Maria B. **A dupla face das estratégias de sobrevivência do segurado da previdência social.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social, PUC/SP. São Paulo, 1992 (mimeo)

CASTANHO, Maria Eugênia. Paradigmas de currículo diante da nova ordem mundial. **Série Acadêmica**. n. 1. Campinas : PUCCAMP , 1992.

CASTRO, N. Araújo. Operários em construção: a formação de classe operária na fronteira do moderno capitalismo industrial brasileiro. *in* LARANJEIRA, Sônia ( org. ) **Classes sociais e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo, Hucitec, 1990.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília : CFESS, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo, Moderna, 1981.( 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 1993 ).

CIGNOLLI, Alberto. **Estado e força de trabalho**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CLARKE, S. **Crise do fordismo ou crise da social democracia ?** Revista Lua Nova, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, nº 24. Setembro, 1991.

COELHO, Ildeu. Ensino de graduação: **a lógica de organização do currículo**. Educação Brasileira . v. 16. n. 33. Brasília : MEC/CRUB,1994.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 412 de 04/08/92**.

COSTA, Marisa Vorraber ( org. ) **Escola Básica na Virada do Século . Cultura, Política e Currículo**. Cortez, São Paulo, 1996.

COSTA, Suely Gomes. **A invenção de tradições: a proteção social e os cursos de graduação em Serviço Social**. Exposição no 4º Programa de Formação Pedagógica de Docentes da UFSC.Coordenadoria do Curso de Serviço Social. Florianópolis, 1994. (mimeo).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**. *in* COUTINHO,C. N., NOGUEIRA, M. A. e BADALONI, N. (orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

DAIN, Sulamis. O financiamento das políticas sociais no Brasil: características estruturais e desempenho no período recente. *in* BRASIL. **Economia e Desenvolvimento**, nº 3, VOL.I. Reflexões sobre a natureza do bem-estar. Brasília MPAS/CEPAL, 1989a.

\_\_\_\_\_. A Crise da Política Social: uma perspectiva comparada. *in* BRASIL. **Economia e Desenvolvimento**, nº 3, vol.I. Reflexões sobre a natureza do bem-estar. Brasília, MPAS/CEPAL, 1989b.

\_\_\_\_\_. Financiamento da Seguridade Social. A previdência social e a revisão constitucional. *in* BRASIL. **Debates**, vol II, Brasília, MPS/CEPAL, 1994.

DESEP/CUT. Políticas sociais e os trabalhadores. **Revista Debate Sindical**, São Paulo, ano 3, n.11,out.1989.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Educação e Cidadania: classes e racionalidades**. Campinas, 1991a (mimeo).

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930 -1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DOMINGUES, José Luiz. **Interesses Humanos e Paradigmas Curriculares**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 67. Brasília : INEP, 1986.

DRAIBE, Sônia M. **O Welfare State no Brasil: características e perspectivas**. São Paulo, ANPOCS, 1988.

\_\_\_\_\_. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. *in* **Prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Coleção para a década de 90. Brasília, IPEA/IPLAN, 1990.

\_\_\_\_\_. As políticas sociais e o neoliberalismo. Dossiê liberalismo/neoliberalismo. São Paulo. **Revista USP**, nº17, mar-abr-maio,1993.

\_\_\_\_\_. DRAIBE,Sônia M. & AURELIANO,Liana. A especificidade do Welfare State Brasileiro . *in* BRASIL. **Economia e Desenvolvimento**, nº 3, vol. I . Reflexões sobre a natureza do bem-estar .Brasília MPS/CEPAL, 1989.

- \_\_\_\_\_. Sônia M. & HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vértice/ANPOCS, vol. 3, n-6 .Fev, 1988.
- DRUCK, Maria G. & BORGES, A. Crise global, terceirização e a exclusão do mundo do trabalho. **Cadernos crh/ufba**, Salvador, n.19. 1993.
- FALEIROS, Vicente de Paula . Previdência Social e sociedade em período de crise. *in* FIGUEIREDO, wilma de M. ( coord. ) **Cidadão, Estado e políticas no Brasil contemporâneo**. Brasília, Ed. da UNB, 1986.
- FERRETTI, Celso João et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis - RJ, Vozes , 1994.
- FERNANDES, Florestan. **A Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa ômega, 1979.
- FIORI, José Luís. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. *in* TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993\_\_\_\_\_
- FRANCISCO, Elaine Marlova & CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. “O Processo de Trabalho do Serviço Social”. **Em Pauta - cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, nº 06. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, dezembro de 1995.
- GALPER, Jeffry. **Política social e trabalho social**. São Paulo, Cortez, 1986.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo : Cortez, 1995.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: ED. Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação profissional na contemporaneidade: dilemas e perspectivas**. Rio de Janeiro : UFRJ/ Escola de Serviço Social, 1994. (mimeo)
- IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. São Paulo, Cortez ,

- JAMESON, Frederic. **Pós-Modernismo : a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ática, 1996.
- JORGE, Leila. **Inovação curricular: além das mudanças de conteúdos.** Piracicaba : UNIMEPI, 1994.
- KANDIR, A. **Previdência Social: a experiência internacional.** in BRASIL. **Pesquisas.** vol. IV. Brasília, MPS/CEPAL, 1994.
- KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- KURZ, R. **O colapso da modernização.** Rio de Janeiro, Campus, 1993.
- Lei de Regulamentação da Profissão - Lei 8662/93.**
- LESSA, Carlos. Apresentação. in TAVARES M. da C. & FIORI, J. L. (orgs.) **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- LIPIETZ, A. **Miragens e milagres.** São Paulo. Nobel, 1988.
- MALLOY, James. M. **Política de previdência social no Brasil.** Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo, Nova Cultura, 1985.
- MOREIRA, Antônio Flávio et alli ( orgs. ) **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo, Cortez, 1994.
- MOTA. Ana Elizabete. **O Feitiço da Ajuda.** São Paulo: cortez, 1987.
- NASCIMENTO, E. P. Crise e Movimentos Sociais: hipóteses sobre os efeitos perversos. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, Cortez, n.43, 1993.
- NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** Revista Serviço Social e Sociedade. n. 50. São Paulo : Cortez, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Jaime A. A. de e TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **A imprevidência social.** Petrópolis, Vozes/ABRASCO, 1986.

---

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** São Paulo. Cortez, 1995.

PUC-SP. **Currículo do Curso de Serviço Social. Faculdade de Serviço Social.** São Paulo : PUC-SP, julho de 1996. (mimeo)

RIBEIRO, Darcy. **Carta 16: falas , reflexões, memórias/ informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro.** Brasília, Gab. 1991.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado de providência.** Trad. Isabel Maria Santa Aubyn. Lisboa, Editorial inquérito, 1984.

SÁ, Jeanete L. Martins. **Conhecimento e Currículo em Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1995.

SALAMA, P. Intervenção do Estado e legitimação na crise financeira: o caso dos países semi-industrializados. **Revista de Economia Política,** São Paulo, Brasiliense, vol.8, n.4, out-dez, 1988.

SPOSATI, Aldaísa. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza.** São Paulo : Cortez, 1988.

TEIXEIRA, Aloísio. Do seguro à seguridade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro. UFRJ/IEI, Rio de Janeiro, 1991 ( Série Texto de Discussão ).

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Cidadania, direitos sociais e Estado. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, FGV, n.4 . vol 20 , out-dez, 1986.

UNB/DEPTo. DE SERVIÇO SOCIAL. **Proposta de Reforma Curricular.** Brasília : UNB/ Deptº de Serviço Social, 1996. (mimeo)

YASBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo, Cortez, 1993.